



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11.001/2026
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 534/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, através de sua **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**, doravante denominada SEINFRA/PMJP, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma administrativa direta, com sede na Av. Rio Grande do Sul, n.º 721, CEP 58.030-020, Telefone (083) 3213-6605, no Bairro dos Estados, na Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, através da Comissão Setorial de Licitação, nomeada por ato do Sr. Secretário de Infraestrutura, através da Portaria datada de 31 de janeiro de 2024 publicada no DOM nº 0459 na modalidade **CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA**, do tipo técnica e preço, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do **Decreto n. 10.242, de 03 de fevereiro de 2023** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

UASG: 982051

Nº DA LICITAÇÃO NO COMPRAS.GOV: 91101/2026

Local do Certame: www.compras.gov.br

Data da sessão Pública: 11/05/2026

Hora: 09:00h

Modo de disputa: Fechado

Regime de Execução: Empreitada por preço Unitário

Critério de julgamento: Técnica e Preço

1 DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada de engenharia para a **contratação de empresa especializada, sob demanda, para prestação de serviços técnicos em engenharia consultiva – de apoio no gerenciamento, fiscalização de obras e assessoria técnica, na implementação e execução, empreendimentos e serviços públicos, no âmbito da secretaria da infraestrutura da cidade de João Pessoa.**, segundo discriminação abaixo que fazem parte integrante do presente edital.

1.2. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante no Projeto Básico/Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O orçamento estimado do objeto de contratação, consta no Termo de Referência/Orçamento, anexos do edital.

1.4. As despesas decorrente da contratação estão previstas na dotação orçamentária que segue:

Classificação

11000.11101.15.451.5099.111063 SISTEMA VIÁRIO

Funcional:

Natureza da despesa: 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte de Recursos:

1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos

1.7.00 – Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União



2. DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

2.1.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.2.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.4. Da Subcontratação: É extremamente vedada a subcontratação da totalidade ou sub-rogação dos serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos. A subcontratação parcial do objeto é permitida, até o limite admitido de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sem ônus adicional à Administração e desde que devidamente aprovada e ratificada pela CONTRATANTE.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. **Empresa, isoladamente ou em consórcio**, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Tendo em vista que o valor da contratação não é de grande vulto e o objeto não ser *de alta complexidade, havendo diversas empresas nesse ramo, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.*

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego,

nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.8. O disposto nos itens 2.4.2 e 2.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.10. A vedação de que trata o item 2.4. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e



lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de técnica e a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1. Na apresentação das propostas deverá ser observado o prazo previsto no Art. 55 Lei 14.133/2021;

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. o item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas no [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de



habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:

4.1.1. Experiência anterior da empresa - Projetos similares de contenção de encostas, falésias ou obras geotécnicas costeiras, com comprovação por Certidão de Acervo Técnico (CAT);

4.1.2. Qualificação da equipe técnica - Formação e especialização dos profissionais-chave (geotécnico, geólogo, engenheiro civil, ambiental, etc.), com comprovação por currículos e registros profissionais

4.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.1. valor total do ITEM;



4.2.2. *fabricante;*

4.2.3 *Declaração de Endereço Eletrônico, conforme anexo I;*

4.3. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.*

4.2.2. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de super faturamento por sobre preço na execução do contrato.

4.11. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento.



5.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.6. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.6.1. SICAF;

5.6.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.6.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.6.4 Cadastro de Fornecedores do Município de João Pessoa – CRF;

5.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

5.8 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

5.8.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

5.8.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

5.8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

5.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.10.1. conter vícios insanáveis;

5.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas neste instrumento convocatório;



5.10.3. apresente preços manifestadamente inexequível ou permaneça acima do preço máximo definido para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no *caput* do art. 59 do Decreto Municipal nº 10.372 de 06 de setembro de 2023;

5.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública; ou

5.105.5. apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.

5.11. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

5.12. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no Anexo I deste edital (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023)

5.13. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.14. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

Critério Técnico	Descrição	Pontuação Máxima
1. CONHECIMENTO DO PROBLEMA	Descrição no Termo de Referência item 8.	30 pontos
2. PLANO DE TRABALHO	Descrição no Termo de Referência item 8.	29 pontos
3. EQUIPE TÉCNICA CHAVE	Descrição no Termo de Referência item 8.	24 pontos
4. EXPERIENCA DE EMPRESA	Descrição no Termo de Referência item 8.	17 pontos
Total da pontuação técnica: 100 pontos		

A nota final das Propostas Técnicas será a soma das notas individuais de cada um dos 04 (quatro) quesitos, variando a nota final de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

5.14.1 A proposta técnica deverá conter todos os elementos necessários à avaliação dos critérios acima, acompanhada dos documentos comprobatórios exigidos no edital. O somatório da pontuação técnica será convertido em nota final conforme fórmula prevista no Termo de Referência anexo I deste edital, respeitando a ponderação de 70% técnica e 30% preço.

5.15. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

5.16 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput* do artigo 47 do Decreto Municipal nº10.242/2023, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que



comprove:

5.16.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.16.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.17. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.17.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

5.17.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

5.17.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

5.17.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.18. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.18.1. O agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

5.18.2. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

5.18.2.1. Necessário para complementação de informação acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

5.18.2.2. Destinado a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

5.19. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.19.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos



preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.20. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

5.20.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.20.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.20.3. Que os licitantes usem na formação das propostas a planilha base do orçamento elaborado pela Seinfra-PMJP, uma vez que facilita a análise da proposta pela Comissão, o que em outra opção, não constituem motivo para a desclassificação da proposta

5.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.22. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da proposta de preço do licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

5.23. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (70 * NT + 30 * NP)/100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

5.24. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2 e 6.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.24.1 Antes de ter sua Proposta desclassificada por inexecuibilidade, ao Licitante será franqueada oportunidade de defendê-la e demonstrar sua capacidade de bem executar as obras e os serviços.

a)Para tanto, será concedido a esse Licitante, 1 (um) dia útil a partir da solicitação expedida



pelo Agente de Contratação, prorrogável por igual período a pedido do Licitante, para que possa fazer uso da oportunidade de defesa de sua Proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar as obras e os serviços.

b)O Licitante deverá demonstrar que o valor da Proposta é compatível com a execução do objeto licitado, em seu todo e suas fases, porém de modo especial no que se refere a itens de valor materialmente relevante e essenciais para a boa execução do objeto licitado que são aqueles obtidos pela curva ABC, mas sem se limitar a esses quando cabível/necessário, relativo aos custos dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos, sem prejuízo de outros argumentos e provas que possam vir a esclarecer/comprovar a exequibilidade da proposta.

b1)Para tanto, deverão ser apresentadas as composições de custos unitários e correspondentes custos, acompanhadas da origem desses valores e, quando os custos apresentados não tiverem procedência de Bando de Preços Oficiais, anexar cotações de mercado certificadas pelos fornecedores (ou outros documentos comprobatórios dos preços unitários ofertados). Quanto aos coeficientes de produtividades e de consumo apresentados informar o referencial técnico de origem, que seja reconhecido e de acesso público.

b2)A comprovação da exequibilidade deverá ser feita pelo Licitante mediante a apresentação de documentos idôneos que demonstrem os custos incorridos para a execução do objeto e, em regra, não serão aceitas provas unilaterais como declarações “eu consigo fazer” ou planilhas sem qualquer fundamentação da composição de custos e/ou valores/coeficientes/índices, elaboradas pelo próprio Licitante sem lastro documental. Em função do caso concreto poderão ser aceitos documentos diversos a esses elencados.

c)A análise de exequibilidade da Proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na Proposta.

d)O Agente de Contratação quando da solicitação poderá apontar itens de necessidades pontuais a serem atendidos pelo Licitante.

e)A não comprovação da exequibilidade da Proposta resultará em sua desclassificação.

5.25. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.25.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

5.25.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados os registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.25.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.25.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.25.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.30. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.31. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

5.31.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.31.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.32. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

5.33. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 44 a 50 do Decreto Municipal nº 10.372, de 2023](#).

6.1.1. Para fins de habilitação dos licitantes, será exigido, de acordo com a Seção VI do Capítulo III do Decreto Municipal nº 10.372 de 2023, no máximo, a documentação relativa:

6.1.1.1. à habilitação jurídica;

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a



atividade assim o exigir.

c) Documento de identificação dos sócios.

6.1.1.2 à qualificação técnica;

Para comprovação de capacidade técnico-operacional serão exigidas as condições, como segue: Comprovação de registro ou inscrição do PROPONENTE na entidade profissional competente da localidade da sede da PROPONENTE (CREA, CAU ou entidade competente), com validade na data de apresentação da proposta; Apresentar 01 (um) ou mais atestado(s), por item de serviço, conforme descrito no Quadro 2, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dessa licitação nos quesitos e critérios detalhados no quadro a seguir. //+.

a) 1. Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional;

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de pavimentação de vias urbanas
2	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de Edificações Públicas
3	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de infraestrutura de saneamento
4	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de Manutenção de obras de saneamento
5	Elaboração, implantação e gestão de software online para acompanhamento de obras de infraestrutura urbana e/ou saneamento
6	Gerenciamento de Projetos de infraestrutura, envolvendo minimamente obras de saneamento e edificações

A apresentação de profissionais adicionais poderá ser considerada para fins de pontuação técnica, conforme item 11.2.2 do Termo de Referência.

a) 2. Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional;

Comprovação que possui em seu quadro, profissional, detentor de atestado e/ou Registro de Responsabilidade Técnica, acompanhado de CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitido pelo CREA ou CAU, para execução de Serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior Relevância técnica ou valor significativo do objeto, conforme Art.18, inciso IX da Lei 14.133/2021, considerando os serviços e quantidades descritos a seguir:

⌚ A licitante deverá comprovar a execução anterior de serviços similares por meio de, no mínimo, 03 (três) atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços similares aos descritos neste TR, especialmente nas seguintes áreas:



ITEM	DESCRIÇÃO
1	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de pavimentação de vias urbanas
2	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de Edificações Públicas
3	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de infraestrutura de saneamento
4	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de Manutenção de obras de saneamento
5	Elaboração, implantação e gestão de software online para acompanhamento de obras de infraestrutura urbana e/ou saneamento
6	Gerenciamento de Projetos de infraestrutura, envolvendo minimamente obras de saneamento e edificações

Para comprovação de capacidade técnico-profissional serão exigidas as condições, como segue:

- i. Comprovação de registro ou inscrição em nome do RESPONSÁVEL TÉCNICO da proponente, na entidade profissional competente (CREA, CAU ou entidade competente), com validade na data de apresentação da proposta;
- ii. Apresentar 01 (um) ou mais atestados, por item de serviço, conforme descrito no Quadro 3, expedidos por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dessa licitação nos quesitos e critérios detalhados no quadro a seguir.

6.1.1.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa: Quitação de Tributos e Contribuições Sociais administrados pela RFB (Receita Federal do Brasil) e quanto a Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou documento equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

6.1.1.4. à qualificação econômico-financeira;



a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

1. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante e estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e pelo empresário ou sociedade empresária (Art. 1.184, § 2º, Código Civil)
2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
3. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado, mediante via impressa por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada à transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

b) Relatório descritivo e demonstrativo do Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade indicando a boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, após a análise dos indicadores Financeiros e Econômicos extraídos do último balanço do Exercício Financeiro e comparados com os parâmetros dos indicadores previstos e abaixo descritos:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (SG): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$



c) Relação dos contratos e outros compromissos com obras e ou serviços que importem diminuição de sua capacidade operativa (art. 62, da Lei nº 14.133/2021) ou absorção de sua disponibilidade financeira, apresentando o DESCRITIVO DO OBJETO, o VALOR MEDIDO, o VALOR A MEDIR e o PERCENTUAL EXECUTADO de cada contrato:

1. Se a licitante não tiver compromissos, deverá apresentar Declaração neste sentido.

d) Demonstrativo, a ser APRESENTADO PELA LICITANTE E ASSINADO PELO SEU REPRESENTANTE LEGAL NA FORMA DO DISPOSITIVO EM SEU CONTRATO SOCIAL, com dados do seu último balanço já exigível na forma da lei, de que a licitante possui disponibilidade financeira líquida – DFL, igual ao valor total do orçamento do órgão licitante ($DFL \geq \text{VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO DO ÓRGÃO LICITANTE}$) a qual mede a capacidade que a licitante possui de contratar com a Administração Pública Municipal, obtida através da fórmula $DFL = (10 \times PL) - VA$, onde:

DFL = Disponibilidade Financeira Líquida;

PL = Patrimônio Líquido

VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e/ou serviços em andamento ou a iniciar, devidamente comprovados mediante balancete analítico.

e) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da pessoa jurídica. Caso não conste outro prazo de validade da certidão, serão aceitas certidões emitidas nos últimos 90 (noventa) dias, antes da data da sessão de abertura da licitação, descrita no preâmbulo do Edital.

6.2. Quando permitida a participação na licitação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, serão observadas às condições dispostas de profissionais organizadas sob a forma de cooperativa, serão observadas as condições dispostas no art.16 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

6.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômicofinanceira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

6.3.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021

6.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 38, IV, do Decreto Municipal Lei nº 10.242/2021).

6.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas



assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

6.6.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

6.6.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horários exclusivos, a ser agendado pelo e-mail **cslseinfra23@gmail.com**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.6.3. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.6.4. A habilitação será verificada por meio do Sicaf/CRF, nos documentos por ele abrangidos.

6.7. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação

6.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf/CRF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

6.8. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.9. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

6.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.10.3. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 5.33.

6.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante



cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de habilitação e contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 65 do Decreto Municipal nº 10.372/2023).

6.14 – A proposta de preços final ajustada, quando solicitada via sistema no [compras.gov](http://compras.gov.br), deverá ser constituída dos seguintes elementos:

6.14.1 – Carta Proposta, conforme modelo do **Anexo IV – Carta Proposta deste Edital**, na qual conste a razão social da licitante, seu endereço comercial, eletrônico e telefone atualizados, e número do CNPJ/MF; nome, RG, CPF e assinatura do responsável ou representante legal, e ainda: preço global para a execução dos serviços objeto da licitação; mês de referência da proposta conforme orçamento base da Administração; e, prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação**;

6.14.2 – Planilha Orçamentária – contendo quadro de quantitativos e preços unitários, com seus respectivos subtotais, conforme modelo no Portal da Transparência;

6.14.3 – Quadro de Encargos Sociais, conforme modelo no Portal da Transparência;

6.14.4 – Quadro Demonstrativo do Cálculo do BDI – Bonificação de Despesas Indiretas conforme anexo no Portal da Transparência;

6.14.5 – Cronograma Físico e Financeiro, conforme modelo anexo ao processo, contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, levando-se em consideração o **prazo máximo de execução do serviço será de 36 (trinta e seis) meses**.

6.14.6 – Composição de Preços Unitários de todos os itens da planilha orçamentária.

6.14.7 – Declaração de que sua proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas, conforme Anexo 1 deste Edital.

6.14.8 – A Planilha Orçamentária, o Cronograma Físico e Financeiro, o Quadro de Encargos Sociais, o Quadro Demonstrativo do Cálculo do BDI e o Cronograma Físico e Financeiro deverão ser assinados por Engenheiro Civil, com indicação do número da carteira do CREA, como dispõe os Arts. 13 e 14 da Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966; bem como assinados pelo representante legal da empresa.

6.14.9 – Nos preços unitários propostos deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas, diretas ou indiretas, que venham a incidir sobre eles, representando a compensação integral para todas as operações, transportes, materiais, perdas, mão de obra, equipamentos, controles tecnológicos e eventuais encargos necessários à completa execução dos serviços.

6.14.10 É facultada ao agente e equipe apoio de contratação a correção dos erros resultado da multiplicação dos preços unitários pela quantidade, prevalecendo o preço unitário e corrigindo-se o valor total. Nos casos onde houver discrepância entre o valor da soma na planilha e o valor somado pelo ao agente e equipe apoio, prevalecerá o valor corrigido.

6.14.11 – Os preços unitários deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais e as



operações matemáticas deverão considerar apenas 2 (duas) casas decimais, eliminando-se sempre a 3ª (terceira) casa decimal, independentemente da aproximação.

6.14.12 – Para todos os serviços prevalecem os preços resultantes da proposta configurada pela Seinfra/PMJP.

6.14.13. Os documentos constantes alíneas "b", "c" e "cl" do item 7, subitem 8.1.1.2, deverão ser apresentados contendo o nome do concorrente identificação do Engenheiro Responsável Técnico com o número da carteira do CREA e assinatura do mesmo, conforme Lei Federal n.º 5.194 de 24.12.66. Como também a assinatura do representante legal da firma.

6.14.14. O responsável técnico é indicado e que em conjunto assinar as declarações deverá ser o mesmo que foi indicado para atendimento as exigências de habilitação, inclusive no subitem 6.1.1.2, alínea "b", e deverá ser o mesmo para atender ao item 8.1.1.2. deste Edital.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, conforme previsto no artigo 55 do Decreto Municipal nº 10.372/2023, se darão na forma dos artigos 164 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. No caso de anulação ou revogação da licitação, o Decreto Municipal nº 10.372/2023, elencou no seu artigo 57 § 1º, que serão seguidas as disposições contidas no artigo 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

7.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.4.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será até 10 (dez) minutos.

7.4.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata da sessão de julgamento de habilitação ou inabilitação da licitante melhor colocada;

7.4.4. os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema. Caso haja falha no sistema encaminha as razões recursais via e-mail: cslseinfra23@gmail.com.

7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

7.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:
<https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/>.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Municipal 15.273/2024 art. 6, o licitante que, com dolo ou culpa :

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

8.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

8.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

8.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

8.1.2.9. Fraudar a licitação;

8.1.2.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.2.11 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.2.12 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.3. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

8.4. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.4.1. Advertência;

8.4.2. Multa;

8.4.3. Impedimento de licitar e contratar; e



8.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

8.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

8.6.1. Para as infrações previstas nos itens 8.4.1, 8.4.2 e 8.4.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

8.6.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.2, 8.2 e 8.3, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

8.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

8.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.13. caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda

da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

8.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, inserir em campo próprio no sistema compras.gov.br.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

10. PRAZOS - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES

10.1. O prazo de execução é de **36 (trinta e seis) meses** contados do(a) a partir da assinatura da ordem de serviço, conforme cronograma físico-financeiro, sugerido disposto no orçamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Após a comunicação da OS, será dado um prazo de 15 (quinze) dias para o contratado recebê-la.

10.3. A contratada deverá empregar equipes de trabalho suficientes, bem como adequada gestão logística para suprimento de materiais e equipamentos necessários a obra para que seja cumprido o prazo estabelecido.

10.4. O prazo contratual decorre de mais 6 (seis) meses após conclusão do prazo de execução.



10.5. A inobservância do prazo estipulado neste Contrato, ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.6. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.7. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.8. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado, com data-base vinculada à data do orçamento estimado da proposta. (art. 92, V).

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o (O ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, vez que, nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.4.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS GARANTIAS

12.1. Garantia dos serviços:

12.1.1 O prazo de garantia dos serviços executados serão de 12 (doze) meses, no qual os executores têm responsabilidade objetiva pelos defeitos verificados nos serviços executados



após sua conclusão, devendo repará-los sempre que necessário.

12.1.2. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar qualquer vício relacionado a má execução dos serviços, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

12.1.3. A garantia será prestada com vistas a manter os serviços fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

12.1.4. A garantia abrange a realização de retificações e/ou correções nos serviços executados pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

12.4.5. Entende-se por retificações e/ou correções nos serviços aquelas destinadas a corrigir erros/defeitos apresentados nos serviços, compreendendo a substituição de peças técnicas e/ou serviços considerados inadequados ou insuficientes para o fim, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

12.2. Garantia Contratual:

12.2.1. será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco) por cento do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

a. A Lei 14.133/2021, em seu artigo 69, § 4º, autoriza a Administração a exigir que as empresas apresentem capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a até 5% do valor estimado da contratação, em casos específicos.

b. Salienta-se justificada que na contratação em questão adotou-se o percentual de 5% (cinco por cento) para fins de garantia, face a elevada complexidade técnica e riscos envolvidos direta e/ou indiretamente na execução do objeto contratual, dentre os quais destaca-se:

i. transdisciplinaridade dos serviços, a qual envolve uma elevada e singular complexidade técnica de execução do conjunto de atividades de forma isolada e/ou conjunta para atendimento das demandas da Administração;

ii. os serviços planejados coadunam-se com o planejamento, podendo colocar em risco o cumprimento de projetos, empreendimentos e/ou serviços de interesse público, os quais são também de interesse coletivo e possuem diversos aspectos urbanísticos, sociais, ambientais e econômicos com impactos intangíveis para o desenvolvimento do Estado;

iii. ainda, no contexto Estadual, a contratação de tais serviços de apoio no gerenciamento, supervisão e assessoria técnica envolvendo a área de atuação de diversas Secretarias pode ser considerada de "grande vulto", bem como implica na necessidade de mitigar riscos;

iv. dentre outros motivos que são descritos em pormenores na própria fundamentação, justificativa e descrição da necessidade desta contratação, conforme caput do art. 98, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em



contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/> e Tribunal de Contas do estado da Paraíba.

13.11. O contratado irá conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência/Especificações Técnicas/Memória de Cálculos

Anexo II - Minuta do Contrato

Anexo III - Planilha de quantitativos e qualitativos e Cronograma Físico/Financeiro (Disponível no Portal da Transparência da PMJP);

Anexo IV – Formulário – Proposta

Anexo V - Declaração Contendo o nome e nº do CREA do Engenheiro;

Anexo VI – Modelo de declaração de vínculo de parentesco;

Anexo VII - Declaração de quantitativos de serviços

Anexo VIII – Declaração de cumprimento da cota de aprendizes, sendo que, para o caso de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que esteja em situação de vulnerabilidade ou de riscos sociais, nos termos do artigo 53, caput, incisos I a III, §§1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018.

Anexo IX – Declaração de Endereço Eletrônico.

João Pessoa/PB, *data da assinatura eletrônica.*

KHRISTIANE BOUDOUX SILVA

Assessora Especial/SEINFRA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA – DE APOIO NO GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ASSESSORIA TÉCNICA, NA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DE JOÃO PESSOA.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Diretoria de Orçamentos e Projetos - DIPO

Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

INTRODUÇÃO

Trate-se de estudo preliminar a fim de definir parâmetros e viabilidade de contratação de empresa especializada em Engenharia para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA – DE APOIO NO GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ASSESSORIA TÉCNICA, NA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DE JOÃO PESSOA**

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade de contratação consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA – DE APOIO NO GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ASSESSORIA TÉCNICA, NA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DE JOÃO PESSOA.**

A Administração Pública possui sob sua responsabilidade um conjunto significativo de obras e serviços de engenharia, abrangendo intervenções de diferentes portes, naturezas e níveis de complexidade técnica, que demandam planejamento adequado, acompanhamento sistemático, controle rigoroso de prazos, custos e qualidade, bem como permanente observância às normas técnicas e legais aplicáveis. O cenário atual evidencia que a estrutura técnica interna, embora qualificada, encontra limitações operacionais para absorver integralmente o volume e a complexidade dessas demandas, sobretudo no que se refere às atividades de apoio técnico especializado, análises aprofundadas de projetos e orçamentos, acompanhamento gerencial e produção de relatórios técnicos com o grau de detalhamento exigido pelos órgãos de controle.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada em engenharia consultiva

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Secretaria de Infraestrutura

Diretoria de Orçamentos e Projetos - DIPO

Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

e gerenciamento mostra-se necessária e adequada para suprir lacunas técnicas específicas, apoiar a fiscalização direta exercida pela Administração e fortalecer a governança dos contratos de obras e serviços de engenharia, sem prejuízo das atribuições legais dos gestores e fiscais designados. A necessidade de contratação consiste na contratação de empresa especializada, sob demanda, para prestação de serviços técnicos em engenharia consultiva, de apoio no gerenciamento, fiscalização de obras e assessoria técnica, na implementação e execução dos empreendimentos e serviços públicos, no âmbito da Secretaria da Infraestrutura de João Pessoa.

A presente demanda decorre da insuficiência do quadro técnico de engenharia da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), especialmente no âmbito da Secretaria de Infraestrutura, frente ao expressivo aumento do número e da complexidade das obras públicas licitadas e em execução. O volume atual de contratos supera a capacidade operacional dos engenheiros e técnicos disponíveis, comprometendo a adequada fiscalização, o acompanhamento sistemático e a análise técnica dos projetos e serviços executados. Atualmente, encontram-se em andamento 57 contratos de pavimentação e drenagem, abrangendo aproximadamente 711 vias contratadas, além de 37 contratos de obras diversas, que incluem mercados públicos, reformas e construções de cozinhas comunitárias, Centros de Referência da Juventude e de Assistência Social, requalificação de praças e parques, bem como obras de maior porte, como pontes e passarelas. Soma-se ainda as obras da Unidade Executora de Obras de Educação, onde contém 30 contratos em execução, contemplando 53 unidades escolares. Totalizando 124 contratos, dos quais reflete aproximadamente 815 obras contratadas.

Esse conjunto de empreendimentos demanda atuação técnica contínua, especializada e simultânea, o que não pode ser plenamente atendido pelo quadro atual de pessoal.

A limitação da força de trabalho interna expõe a Administração a riscos relevantes, tais como falhas na fiscalização contratual, atraso na identificação de inconformidades técnicas, descumprimento de normas legais e regulatórias, prejuízos à qualidade das obras e à adequada aplicação dos recursos públicos. Tais riscos afetam diretamente o interesse público e a credibilidade institucional do Município. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de apoio técnico em engenharia, como solução adequada para suprir temporariamente a deficiência de capacidade técnica operacional, assegurando a

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Secretaria de Infraestrutura

Diretoria de Orçamentos e Projetos - DIPO

Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

conformidade legal e normativa, a eficiência na gestão dos contratos, a qualidade técnica dos serviços executados e a proteção do erário, em consonância com o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a necessidade de contratação se torna ainda mais evidente diante da execução de grandes obras públicas em andamento e previstas, como o complexo viário que inclui a construção de pontes, onde uma delas é estaiada, de pontilhão, ou seja intervenções complexas. Além de mercados públicos e outros equipamentos urbanos de relevância social. Esses empreendimentos apresentam elevado grau de complexidade técnica, sobretudo no que se refere às análises de projetos estruturais especializados, demandando conhecimento avançado em engenharia consultiva e gerenciamento.

A magnitude e a diversidade dessas obras exigem acompanhamento contínuo e detalhado, com capacidade de avaliação técnica aprofundada, o que ultrapassa a estrutura operacional disponível atualmente na Administração, reforçando a necessidade de apoio externo especializado para assegurar a qualidade, a segurança e a conformidade legal das entregas.

Fundamentação: *(Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e inciso I, do § 1º do art. 8º do Decreto nº 10.541/2024 PMJP).*

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O planejamento anual da SEINFRA é realizado quando da elaboração da Lei Orçamentária. Ressalte-se que, nos termos do art. 5º do Decreto 10.540/2024, o Plano de Contratação Anual da PMJP será realizado pela SEAD.

Fundamentação: *(inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso II, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).*

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços a serem contratados caracterizam-se como **serviços técnicos especializados de engenharia**, de natureza predominantemente intelectual, nos termos do art. 6º, inciso LV, da Lei nº 14.133/2021, e deverão ser executados por empresa legalmente constituída, com registro regular no respectivo conselho profissional e acervo técnico compatível com o objeto.

Os serviços a serem prestados consistem no gerenciamento, acompanhamento,

controle técnico e apoio à fiscalização da execução de obras e serviços de engenharia, incluindo apoio nas análises de projetos de estrutura e demais disciplinas relacionada as grandes obras, de modo a assegurar a conformidade com os projetos aprovados, especificações técnicas, normas técnicas vigentes, cronogramas físico-financeiros e orçamentos contratados, em observância à Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá comprovar experiência prévia em atividades de engenharia consultiva, gerenciamento, supervisão ou apoio técnico a contratos de obras e serviços de engenharia, preferencialmente no âmbito da Administração Pública, de forma a assegurar domínio das rotinas administrativas, normativas e de controle aplicáveis.

Os serviços compreendem;

1. Apoio técnico ao planejamento, à gestão e ao controle de contratos de obras e serviços de engenharia;
2. Análise técnica, compatibilização e validação de projetos básicos e executivos;
3. Avaliação de orçamentos, composições de custos, cronogramas físico-financeiros e medições;
4. Acompanhamento técnico e gerencial da execução contratual;
5. Elaboração de relatórios técnicos periódicos, pareceres, notas técnicas e manifestações fundamentadas;
6. Suporte técnico à fiscalização e aos gestores de contrato, sem substituição de suas atribuições legais.

Os requisitos de habilitação técnica deverão observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, restringindo-se ao estritamente necessário para garantir a adequada execução do objeto, conforme disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a natureza do objeto e a complexidade técnica envolvida, a contratação deverá ser realizada por meio da modalidade **Concorrência**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de prestação de serviços de engenharia e elevada complexidade. Para o julgamento das propostas, adotar-se-á o critério de **Técnica e Preço**, previsto no art. 33, inciso II, da referida Lei, tendo em vista que se trata de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em especial

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Secretaria de Infraestrutura

Diretoria de Orçamentos e Projetos - DIPO

Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

de **engenharia consultiva e gerenciamento de obras**, nos quais a qualidade técnica da equipe e da metodologia proposta é tão relevante quanto o valor econômico ofertado. Dessa forma, assegura-se que a Administração contratará não apenas a proposta mais vantajosa em termos financeiros, mas também a empresa que demonstre maior capacidade técnica para atender às demandas complexas, garantindo eficiência, qualidade e segurança na execução dos empreendimentos públicos.

3.1 Requisitos Técnicos e Operacionais

A empresa contratada deverá:

- Possuir capacidade técnica e operacional comprovada para execução de serviços de gerenciamento de obras públicas de médio e grande porte;
- Disponibilizar equipe técnica multidisciplinar, composta por profissionais legalmente habilitados, com experiência compatível com o objeto, abrangendo, no mínimo, as áreas de engenharia civil, elétrica, mecânica, arquitetura e gestão de projetos;
- Empregar metodologias e ferramentas de gestão, planejamento, controle e monitoramento de obras, inclusive para acompanhamento físico-financeiro;
- Elaborar e apresentar relatórios técnicos periódicos, contendo a evolução dos serviços, identificação de não conformidades, riscos, medidas corretivas e subsídios técnicos à tomada de decisão pela Administração;
- Prestar apoio técnico à Administração Pública na gestão dos contratos de obras, inclusive no atendimento às demandas de órgãos de controle e instâncias de fiscalização;
- Atuar preventivamente na identificação e mitigação de riscos técnicos, operacionais e legais relacionados à execução dos empreendimentos.

3.2 Requisitos Legais e de Regularidade Profissional

A contratada deverá atender integralmente:

- À Lei nº 14.133/2021, bem como às normas e regulamentações municipais aplicáveis às obras de infraestrutura e edificações;
- Às normas técnicas brasileiras (ABNT) pertinentes, incluindo aquelas relativas à pavimentação, drenagem urbana, esgotamento sanitário, sinalização viária e edificações;
- À exigência de registro da empresa e de seus responsáveis técnicos junto ao

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Secretaria de Infraestrutura

Diretoria de Orçamentos e Projetos - DIPO

Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

CREA ou CAU, conforme a legislação profissional aplicável.

- A comprovação da capacidade técnica-operacional, da habilitação profissional e da disponibilidade de equipe técnica deverá observar o disposto no art. 67 da Lei nº
- 14.133/2021, sendo detalhada oportunamente no instrumento convocatório, de forma proporcional e compatível com o objeto.

3.3 Requisitos Relativos à Gestão e Fiscalização Contratual

A execução contratual contará com gestor e fiscais formalmente designados pela PMJP, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo à contratada fornecer todas as informações técnicas necessárias ao adequado acompanhamento, controle e avaliação dos serviços.

3.4 Requisitos de Sustentabilidade

A contratação observará o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos dos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, com a adoção de requisitos compatíveis com a natureza predominantemente intelectual do objeto.

A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, tais como:

- Priorizar o uso de meios digitais para comunicações, registros e relatórios;
- Promover o uso racional de recursos como energia elétrica, água e combustíveis;
- Observar as normas de saúde e segurança do trabalho, bem como a legislação trabalhista e previdenciária vigente.

Deverão constar nos relatórios técnicos periódicos informações relativas à conformidade ambiental das obras acompanhadas, eventuais não conformidades identificadas e recomendações de melhoria relacionadas à sustentabilidade ambiental e social.

Requisitos da Contratação:

- A contratação apresenta como requisito temporal a execução completa dos serviços contratados no prazo máximo de **36 (trinte e seis) meses**, contados da emissão da Ordem de Serviço.
- O planejamento anual da SEINFRA é realizado quando da elaboração da Lei

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Secretaria de Infraestrutura

Diretoria de Orçamentos e Projetos - DIPO

Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

Orçamentária. Ressalte-se que, nos termos do art. 5º do Decreto 10.540/2024, o Plano de Contratação Anual da PMJP será realizado pela SEAD.

- Os serviços objetos dessa contratação são caracterizados como comuns, pois trata-se de obra de baixa complexidade, conforme documentos anexados.
- Como regime de execução da futura contratação, esta diretoria entende que mais pertinente é o Regime de Empreitada por Preço Unitário, art. 46º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações).

Tal escolha corrobora com o determinado pelo Tribunal de Contas da União em vários Acordãos, como demonstrado abaixo:

ACÓRDÃO Nº 1978/2013 – TCU – Plenário

9.3.2. a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a **empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação**, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;

- A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional apresentando a documentação abaixo:
 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA ou CAU;
 - Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço, em

nome da empresa licitante, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar (art. 67, §3º da Lei 14.133/2023).

- A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica profissional mediante a apresentação da documentação abaixo:
- Apresentar comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.
- O registro do profissional deverá ser comprovado com a apresentação de:
 - Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA ou CAU.
- A vinculação deste profissional com a empresa licitante deverá ser comprovada com:
 - Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 - Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;
 - Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
 - Se autônomo ou subcontratado: ART ou RRT com indicação dos serviços prestados à licitante ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e o licitante ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de sua anuência.

- Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Secretaria de Infraestrutura

Diretoria de Orçamentos e Projetos - DIPO

Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar.

- Obrigatoriedade de exigência de contratação:
 - **Consórcio:** Tendo em vista que o valor da contratação não é de grande vulto e o objeto não ser de alta complexidade, havendo diversas empresas nesse ramo, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.
 - **Garantia dos serviços:** A contratada será responsável pela qualidade técnica, exatidão, consistência e conformidade dos serviços de gerenciamento de engenharia prestados, garantindo que estes sejam executados de acordo com as normas técnicas aplicáveis, a legislação vigente, as boas práticas de engenharia e as condições estabelecidas no contrato.
 - A contratada deverá corrigir, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas, impropriedades, omissões ou inconsistências técnicas identificadas nos produtos e serviços entregues, inclusive em relatórios, pareceres, medições, controles físico-financeiros ou demais documentos técnicos, sempre que decorrentes de erro, imperícia, negligência ou inadequada execução contratual.
 - A responsabilidade da contratada pela garantia dos serviços permanecerá durante toda a vigência do contrato e após o seu encerramento, pelo prazo necessário à apuração de eventuais danos, prejuízos ou responsabilidades técnicas decorrentes dos serviços prestados, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e profissionais cabíveis.
 - A aceitação dos serviços pela Administração não exime a contratada de sua responsabilidade técnica e legal, nem limita o direito da Administração de exigir a reparação de danos ou a correção de falhas

posteriormente identificadas. Os serviços contratados serão prestados serão acompanhados pela fiscalização técnica designada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

- **Garantia:** será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- **Subcontratação:**
 - Será admitida a subcontratação de serviço ou parcela acessória de serviços ou obras que compõem o objeto desta licitação, restrita ao limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato;
 - É vedada a subcontratação completa do objeto da licitação ou da parcela principal da obrigação. Esta abrange os itens de maior relevância técnica e valor significativo assim definidos no instrumento convocatório para efeito de comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional;
- **Sede da Empresa:** não será obrigatória a presença de sede/filial.

Os requisitos aqui apresentados são essenciais à contratação, devidamente balizados pela necessidade de oferta de um serviço público de qualidade e que atenda as exigências de desenvolvimento nacional sustentável.

4 – ANÁLISE DOS RISCOS

A contratação de empresa especializada em engenharia consultiva e gerenciamento de obras públicas, embora necessária e vantajosa, envolve riscos que devem ser identificados e mitigados para assegurar a adequada execução contratual e a proteção do interesse público. Os principais riscos associados são:

Risco Identificado	Descrição	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação
Insuficiência técnica da contratada	Empresa não possuir equipe multidisciplinar compatível com obras complexas (ex.: ponte estaiada, pontilhão, mercados públicos).	Média	Alto	Exigir acervo técnico registrado no CREA/CAU e experiência comprovada em obras de grande porte.
Falhas na comunicação	Problemas de alinhamento entre contratada e Administração, gerando atrasos e inconsistências em relatórios.	Alta	Médio	Estabelecer reuniões periódicas, relatórios padronizados e canal oficial de comunicação.
Atrasos na execução dos serviços	Demora na entrega de análises e relatórios técnicos, comprometendo a fiscalização das obras.	Média	Alto	Definir cronograma detalhado de entregas, indicadores de desempenho e penalidades contratuais.
Descumprimento de normas legais/técnicas	Risco de não observância das normas da ABNT e legislação aplicável.	Baixa	Alto	Exigir conformidade normativa e comprovação de registro atualizado no CREA/CAU.
Sobrecarga ou subdimensionamento da equipe	Equipe insuficiente para atender simultaneamente os contratos de maior relevância e complexidade técnica.	Alta	Alto	Prever quantitativo mínimo de profissionais por especialidade e exigir plano de alocação de equipe.
Risco financeiro/orçamentário	Custos adicionais por falhas técnicas ou necessidade de retrabalho.	Média	Alto	Exigir garantia contratual de 5% do valor anual e cláusulas de responsabilização por erros.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

A estimativa das quantidades e do valor da contratação de empresa especializada em gerenciamento e apoio técnico em engenharia será elaborada pela Administração com base em metodologia objetiva e devidamente fundamentada, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso IV, e art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza predominantemente intelectual dos serviços, o grau de complexidade técnica, o volume simultâneo de contratos, bem como o prazo estimado de execução.

A definição das quantidades tomará como referência o universo de contratos de

obras em andamento e previstos, abrangendo, entre outros, empreendimentos de pavimentação, edificações, obras especiais e equipamentos públicos, exigindo acompanhamento técnico contínuo, fiscalização sistemática e suporte especializado à Administração. A partir desse diagnóstico, será estimado o quantitativo de profissionais necessários, por especialidade, bem como a carga horária média compatível com as atividades a serem executadas.

A memória de cálculo do valor estimado considerará, de forma combinada:

- o a análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, em condições equivalentes de porte e complexidade;
- o a composição de custos da equipe técnica, contemplando salários compatíveis com o mercado, encargos sociais, tributos, despesas indiretas, custos administrativos e operacionais;
- o a adoção de parâmetros referenciais de mercado, inclusive aqueles utilizados por órgãos técnicos como o DNIT, exclusivamente como referência metodológica para a composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), quando aplicável, respeitadas as especificidades do objeto.

A metodologia adotada buscará assegurar que o valor estimado reflita preços compatíveis com os praticados no mercado, seja suficiente para garantir a adequada execução dos serviços e preserve os princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência, sem prejuízo da qualidade técnica e da regular execução contratual.

Fundamentação: *(inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).*

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado teve por objetivo identificar e avaliar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade da Administração Pública relacionada ao gerenciamento e apoio técnico em engenharia, nos termos do art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando tanto as soluções existentes no mercado quanto as possibilidades de execução direta pela própria Administração.

Constatou-se a existência, no mercado, de empresas especializadas na prestação de serviços técnicos de planejamento, gerenciamento, acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia, aptas a atuar em empreendimentos de diferentes portes e níveis de complexidade, dispondo de equipes técnicas multidisciplinares, legalmente habilitadas e com experiência compatível com o objeto pretendido. Além da contratação de empresa especializada, foram analisadas outras alternativas, a saber:

- (i) execução direta dos serviços por meio do quadro próprio da Administração;
- (ii) realização de concurso público para provimento de cargos efetivos na área de engenharia; e
- (iii) contratação pontual de profissionais autônomos.

A execução direta dos serviços pela equipe própria foi considerada inviável no cenário atual, em razão da insuficiência quantitativa e qualitativa do quadro técnico existente frente ao volume, à complexidade e à simultaneidade das obras em andamento, o que acarretaria sobrecarga operacional, aumento do risco de falhas na fiscalização e comprometimento da qualidade técnica dos empreendimentos.

A realização de concurso público, embora represente solução estrutural de longo prazo, não se apresenta como alternativa adequada para atendimento imediato da demanda, considerando o tempo necessário para sua realização, nomeação e capacitação dos servidores, bem como os impactos orçamentários permanentes e a natureza variável e temporária do volume de obras atualmente em execução.

A contratação de profissionais autônomos, por sua vez, foi considerada inadequada diante da necessidade de atuação integrada, continuidade dos serviços, padronização de procedimentos, responsabilidade técnica consolidada e maior controle administrativo e contratual, características essenciais ao gerenciamento de múltiplos contratos de obras públicas.

Observou-se que os serviços de gerenciamento de engenharia são usualmente ofertados no mercado por meio de contratos estruturados por preço global, valor mensal ou com base na composição de custos da equipe técnica, sendo os preços influenciados, principalmente, pelo prazo contratual, pelo volume de obras acompanhadas e pelo grau de complexidade técnica dos empreendimentos.

Todavia, considerando a variabilidade do quantitativo de obras a serem

acompanhadas, a possibilidade de demandas intermitentes ao longo da vigência contratual e a necessidade de maior controle, transparência e aderência entre o pagamento e os serviços efetivamente executados, optou-se pela adoção do regime de empreitada por preço unitário, o qual se mostra mais adequado à realidade da contratação pretendida.

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada em gerenciamento de engenharia configura a solução mais viável, eficiente e aderente ao interesse público, por permitir resposta imediata à demanda, maior controle técnico, mitigação de riscos, flexibilidade operacional e suporte qualificado à Administração, sem prejuízo de eventual reavaliação futura quanto ao provimento de cargos efetivos, caso a demanda se consolide de forma permanente.

6.1 ANÁLISE DE RISCOS

Alternativa	Descrição	Vantagens	Desvantagens	Avaliação
Contratação de empresa especializada em gerenciamento de engenharia	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços técnicos de planejamento, gerenciamento, acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia.	Disponibilidade imediata; equipe multidisciplinar qualificada; flexibilidade operacional; mitigação de riscos técnicos; padronização de procedimentos; experiência comprovada.	Custo contratual direto; necessidade de gestão e fiscalização do contrato.	Mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e de prazo.
Execução direta com equipe própria	Realização dos serviços por servidores do quadro atual da Administração.	Maior controle direto; inexistência de contratação externa.	Estrutura insuficiente; sobrecarga da equipe; limitação de especialidades; risco de atrasos e perda de qualidade.	Inviável no cenário atual.
Realização de concurso público	Provimento de cargos efetivos na área de engenharia.	Solução estrutural e permanente; fortalecimento institucional.	Longo prazo de implementação; custos permanentes; rigidez administrativa; inadequação à demanda variável.	Não recomendada como solução imediata.
Contratação de profissionais autônomos	Contratação individual de profissionais para apoio técnico pontual.	Maior flexibilidade; pontual; contratação mais célere.	Ausência de atuação integrada; maior risco jurídico; dificuldade de responsabilização técnica; menor controle e continuidade.	Inadequada para o objeto.

Fundamentação: (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso V, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Secretaria de Infraestrutura

Diretoria de Orçamentos e Projetos - DIPO

Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

A solução adotada para atender à necessidade da Administração consiste na contratação de uma empresa especializada em gerenciamento de engenharia, com a finalidade de prestar serviços técnicos de planejamento, acompanhamento, controle e fiscalização da execução de obras e serviços de engenharia, incluindo apoio técnico na gestão contratual e na tomada de decisões estratégicas.

A empresa contratada atuará de maneira integrada à equipe técnica da Administração, disponibilizando profissionais multidisciplinares legalmente habilitados e com experiência compatível com a complexidade e o porte dos empreendimentos. A empresa será responsável pela coordenação das atividades de gerenciamento, pelo controle físico-financeiro das obras, pela verificação de conformidade com os projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis e legislação vigente, além da elaboração de relatórios periódicos e pareceres especializados. Esta contratação permitirá um aumento significativo na eficiência operacional, padronização de processos e mitigação de riscos técnicos, jurídicos e financeiros, assegurando maior previsibilidade quanto aos prazos, custos e à qualidade dos empreendimentos. Além disso, suprirá a insuficiência momentânea da estrutura interna da Administração, garantindo a continuidade e qualidade das ações, sem onerar o orçamento com custos permanentes. A solução oferece ainda flexibilidade para ajustar a equipe e o esforço técnico conforme as variações da demanda, sendo, portanto, mais adequada que a execução direta com equipe própria ou a realização de concurso público no cenário atual.

A execução dos serviços será realizada conforme o escopo detalhado no Termo de Referência, podendo ser estruturada por preço unitário, por escopo ou por valor mensal, de acordo com o modelo que melhor se adapte às características do empreendimento. A contratação observará os princípios de planejamento, eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a solução escolhida é tecnicamente sólida, economicamente vantajosa e juridicamente segura, proporcionando à Administração as condições necessárias para o acompanhamento e controle das obras e serviços de engenharia sob sua responsabilidade, ao mesmo tempo que mantém a flexibilidade de reavaliar a necessidade de fortalecimento do quadro próprio de pessoal, caso a demanda se torne permanente.

Fundamentação: *(inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º e inciso VII,*

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Secretaria de Infraestrutura

Diretoria de Orçamentos e Projetos - DIPO

Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).

8 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A planilha orçamentária da contratação será elaborada através dos quantitativos levantados e preços unitários com base nos preços da tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), é uma referência essencial para orçamentos de obras públicas no Brasil, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil, conforme orientado pelos órgãos de controle.

Tal sistema de custos da construção civil é disponibilizado na internet pela Caixa Econômica Federal). Além disso nos casos de ausência de serviços específicos no banco SINAPI é necessário elaborar composições próprias da contratante, baseada em outros bancos de dados públicos (SICRO amplamente utilizado para essa finalidade).

Aos valores unitários serão acrescentadas as Bonificações e Despesas Indiretas - BDI, um termo utilizado na engenharia, que se refere a todos os custos adicionais que são incorridos durante a execução do projeto, além do custo direto da mão-de-obra e dos materiais, os quais estão inclusos na previsão abaixo:

sendo assim teremos; <https://pncp.gov.br/app/editais/04892707001344/2025/3> como referencia contrato publico publicado;

Item	Descrição	Quant.	R\$ Unid.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA – DE APOIO NO GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ASSESSORIA TÉCNICA, NA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DE JOÃO PESSOA/PB	1,00	R\$ 20.351.278,49

Fundamentação: (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e inciso VI, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).

9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá promover o parcelamento do objeto da contratação sempre que este se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajoso, devendo a decisão ser devidamente motivada.

No caso em análise, concluiu-se pela não adoção do parcelamento do objeto,

tendo em vista as características dos serviços a serem contratados, que demandam atuação integrada, contínua e coordenada no gerenciamento, acompanhamento, controle e fiscalização das obras e serviços de engenharia sob responsabilidade da Administração.

Os serviços de gerenciamento de engenharia são compostos por atividades interdependentes e indissociáveis, que envolvem planejamento, controle físico-financeiro, análise técnica, padronização de procedimentos, emissão de relatórios e suporte à tomada de decisões. A fragmentação dessas atividades entre diferentes contratadas poderia ocasionar conflito de soluções técnicas, dificuldade de compartilhamento de informações, perda de padronização metodológica e aumento do risco de falhas no acompanhamento dos empreendimentos.

Além disso, a contratação de empresas distintas para a execução de partes isoladas do objeto implicaria a celebração de múltiplos contratos, resultando em elevação dos custos administrativos, maior complexidade na gestão e fiscalização contratual, aumento da burocracia processual e maior demanda por recursos humanos e financeiros por parte da Administração, sem a correspondente vantagem técnica ou econômica.

A estruturação do objeto em lote único mostra-se, portanto, a alternativa mais eficiente e racional, viabilizando uma gestão mais integrada, efetiva e econômica dos serviços, com melhor controle técnico, redução de riscos operacionais e otimização dos recursos públicos, em consonância com o disposto no art. 40, §3º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a opção pela não divisão do objeto encontra-se devidamente justificada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

Fundamentação: *(inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020 e inciso VIII, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).*

10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, pretende-se assegurar a execução contínua, coordenada e qualificada dos serviços abrangidos pelo objeto, reduzindo riscos técnicos, operacionais, jurídicos e financeiros associados à execução de obras e serviços de engenharia sob responsabilidade da Administração. Busca-se, ainda, prevenir falhas de

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Secretaria de Infraestrutura

Diretoria de Orçamentos e Projetos - DIPO

Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 Telefone (83) 3213-6605

fiscalização e de gerenciamento que possam resultar em prejuízos ao erário, aplicação de penalidades contratuais, atrasos significativos ou comprometimento da qualidade dos empreendimentos, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

Os resultados pretendidos com a contratação são:

- cumprimento dos prazos contratuais e dos cronogramas físico-financeiros estabelecidos;
- garantia da conformidade técnica, normativa e legal das obras e serviços de engenharia;
- produção de relatórios técnicos periódicos e indicadores de desempenho que subsidiem a tomada de decisões pela Administração;
- redução de retrabalho, desperdícios e sobrecustos decorrentes de falhas de planejamento, acompanhamento ou controle;
- fortalecimento da transparência, do controle administrativo e da segurança jurídica na gestão dos contratos;
- contribuição para a eficiência do gasto público e para a sustentabilidade ambiental e social dos empreendimentos acompanhados.

Fundamentação: *(inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IX, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).*

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

As providencias iniciaram desde a demanda levantada pelo gestor, onde solicitou mobilização de equipe local para realizar a estudos. Após a demanda levantada por esta SEINFRA, foram feito as análises e as providencias necessárias para elaboração de projeto básico, proporcionando a realização das seguintes atividades:

- Realizar levantamento, incluindo laudos técnicos (quando necessários), sobre as condições e necessidades da construção;
- Elaborar projeto básico ou executivo de arquitetura e engenharia para execução do objeto, considerando as normas técnicas vigentes aplicados a cada caso;
- Quantificar e orçar todos os serviços necessários, com definição de cronograma de execução da obra, com marcos e prazos definidos, para monitoramento e controle efetivo do andamento do projeto, bem como providenciar o

licenciamento ambiental, se houver;

- Realizar processo de licitação para contratação de empresa especializada na execução dos serviços, considerando a modalidade e os requisitos legais estabelecidos;
- Providenciar a elaboração do termo de referência ou contrato, contendo as especificações técnicas, prazos, obrigações das partes e critérios de medição e pagamento;
- Definir a equipe responsável pela fiscalização da obra, garantindo que os servidores ou funcionários designados possuam capacitação técnica necessária para acompanhar e gerir o contrato com a empresa contratada. Isto realizado pela equipe direta lotada na diretoria de obras desta secretaria.

Fundamentação: *(inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso X, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).*

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

A contratação de empresa especializada em engenharia consultiva e gerenciamento está diretamente relacionada aos contratos de obras e serviços de engenharia mencionados na justificativa da presente contratação, os quais se encontram em execução ou em fase de planejamento e futura licitação no âmbito deste órgão.

Os serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar possuem caráter transversal e de apoio técnico, sendo destinados a subsidiar o adequado planejamento, acompanhamento, controle e gestão desses empreendimentos, sem configurar sobreposição de objetos ou duplicidade de serviços.

Dessa forma, a contratação ora proposta é considerada correlata e funcionalmente interdependente às contratações de obras e serviços de engenharia, na medida em que sua efetividade está condicionada à existência desses contratos e, simultaneamente, contribui de forma direta para a melhoria do desempenho, da qualidade técnica, do controle de prazos e custos e da conformidade legal das intervenções executadas.

Fundamentação: *(inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XI, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP).*

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais associados à contratação de empresa especializada em gerenciamento de engenharia são predominantemente indiretos, uma vez que o objeto possui natureza essencialmente intelectual e se relaciona à coordenação, ao acompanhamento, à orientação técnica e à fiscalização da execução de obras e serviços de engenharia.

No âmbito da prestação dos serviços, os impactos ambientais diretos são considerados de baixa relevância, restringindo-se, em regra, ao consumo de recursos naturais inerentes às atividades administrativas e operacionais de apoio, tais como uso de energia elétrica, água, papel e combustíveis para deslocamentos técnicos. Tais impactos podem ser adequadamente mitigados mediante a adoção de práticas sustentáveis, incluindo a priorização de meios digitais para comunicações e relatórios, a realização de reuniões remotas sempre que viável e o uso racional de recursos.

Ressalta-se, por outro lado, que a contratação tende a gerar impactos ambientais positivos indiretos, ao promover maior eficiência no planejamento, no controle e na fiscalização das obras, contribuindo para a redução de retrabalhos, desperdícios de materiais, consumo excessivo de insumos e ocorrência de não conformidades ambientais durante a execução dos empreendimentos.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais relacionados ao contrato são controláveis e mitigáveis, não constituindo óbice à contratação, desde que observadas medidas de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto e mantido acompanhamento técnico adequado quanto aos aspectos ambientais das obras e serviços gerenciados.

Fundamentação: *(Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XII, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP)*

14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta diretoria, após concluir os estudos técnicos preliminares aqui registrados, declara ser viável a contratação da obra de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA – DE APOIO NO GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ASSESSORIA TÉCNICA,**

NA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DE JOÃO PESSOA, por meio da Concorrência Eletrônica.

Em atenção ao disposto na Lei e normativas vigentes, esta diretoria, representando a secretaria de infraestrutura, posiciona-se pela VIABILIDADE e RAZOABILIDADE de realização de contratação na forma prevista, visando à consecução da solução detalhada neste estudo, para atendimento à necessidade manifestada por esta secretaria.

Fundamentação: *(Inciso XIII e XIV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XIII, do § 2º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP) e (XIV Decreto Municipal 10.541/2024).*

14. PUBLICIDADE DO ETP

Esta diretoria não se opõe a publicação deste documento.

Fundamentação: (Art. 10 do Decreto 10.541 PMJP).

15. RESPONSÁVEIS

Maria Nazaré Medeiros Lima Pires

Diretoria de Projetos e Orçamentos/SEINFRA

Mat: 89.342-1

Isabel Cristina dos Santos Freitas

Chefe da Unidade Executora de Obras de Infraestrutura/SEINFRA

Mat: 97.507-9

João Pessoa, 09 de janeiro de 2026.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4242-B365-BC0A-F3C2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA NAZARE MEDEIROS LIMA PIRES (CPF 633.XXX.XXX-87) em 12/01/2026 00:48:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ISABEL CRISTINA DOS SANTOS FREITAS (CPF 042.XXX.XXX-63) em 12/01/2026 01:06:43
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/4242-B365-BC0A-F3C2>

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos-UNIOB

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA – DE APOIO NO GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ASSESSORIA TÉCNICA, NA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DE JOÃO PESSOA/PB.

TERMO DE REFERÊNCIA

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

SUMÁRIO

- 1. 1. Objetivo**
- 2. 2. Objeto**
- 3. 3. Fundamentação da Contratação**
- 4. 4. Escopo da contratação**
- 5. 5. Descrição da Solução**
- 6. 6. Requisito da Contratação**
- 7. 7. Da qualificação técnica-operacional - habilitação**
- 8. 8. Da proposta técnica**
- 9. 9. Avaliação e pontuação da proposta técnica:**
- 10. Da contratação e formalização**
- 11. Do modelo de gestão do contrato**
- 12. Dos requisitos da contratada**
- 13. Da transição contratual**
- 14. Das reuniões periódicas**
- 15. Do sigilo e restrições**
- 16. Da execução do objeto e critérios de medição**
- 17. Das condições de pagamento**
- 18. Do prazo de vigência e prorrogação**
- 19. Do reajuste e alterações**
- 20. Das obrigações e responsabilidades da contratada**
- 21. Das obrigações e responsabilidades da contratante**
- 22. Da subcontratação e sub-rogação**
- 23. Da gestão e fiscalização do contrato**
- 24. Das considerações finais**

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

1. Objetivo

Este documento tem como objetivo fixar os requisitos básicos necessários e demais condições a serem adotadas e exigidas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA – DE APOIO NO GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ASSESSORIA TÉCNICA, NA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO, EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA.**

Objetiva estabelecer o nível de qualidade desejado para os produtos e a forma de apresentação dos documentos técnicos.

Os documentos deverão ser elaborados de acordo com os preceitos definidos neste Termo de Referência e atender as definições das Normas Vigentes que regem o objeto em estudo.

2. Objeto

O presente instrumento tem como objeto a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA – DE APOIO NO GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ASSESSORIA TÉCNICA, NA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO, EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, conforme parâmetros e diretrizes estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar.

- Reforça o objetivo de garantir o acompanhamento sistemático da execução contratual, incluindo o controle de escopos, prazos, custos e qualidade dos empreendimentos, bem como a implantação de práticas de planejamento e gestão de projetos que aumentem a eficiência da gestão municipal. Alguns dos propósitos a que se destina o presente documento são:
- Melhorar o processo de planejamento e gerenciamento de projetos;
- Alinhamento às melhores práticas propostas pelo Project Management Institute (PMI);

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

- Os serviços a serem contratados abrangem a alocação de equipe multidisciplinar especializada em engenharia e arquitetura para desenvolver atividades de planejamento, controle, monitoramento físico-financeiro, fiscalização de obras, elaboração de estudos e pareceres técnicos, suporte à licitação e demais ações de gestão de obras públicas. O trabalho da empresa contratada deverá seguir as diretrizes deste TR e demais documentos que compõem o processo licitatório.

a. Prazo

O presente contrato terá prazo de duração de **36 (trinta e seis) meses**, com vigência a contar da data de sua assinatura e eficácia após a publicação abrangendo-se o prazo de execução dos serviços, objeto da presente contratação, assim como, o prazo para o início dos trabalhos por parte da **CONTRATADA**.

A contratada deverá empregar equipes de trabalho suficientes, bem como adequada gestão logística para suprimento de materiais e equipamentos necessários a obra para que seja cumprido o prazo estabelecido.

O prazo contratual decorre de mais **06 (seis) meses** após conclusão do prazo de execução.

b. Do valor

O valor global estimado para a presente contratação é de R\$ 24.850.811,68 (vinte e quatro milhões oitocentos e cinquenta mil, oitocentos e onze reais e sessenta e oito centavos),

3. Fundamentação da Contratação

A Secretaria detém um grande volume de contratos vigentes, que estão apresentados em maiores detalhes no Estudo Técnico Preliminar, que podem sofrer alterações, sendo incluídas novas obras e/ou excluídas outras a depender da necessidade desta Secretaria.

Diante do grande número de contratos em execução e da necessidade de gerenciamento de grandes obras com alta complexidade de assegurar qualidade, economicidade e respeito aos prazos de execução das obras, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada que complemente as capacidades técnicas internas da secretaria, com vistas à prestação dos serviços de APOIO NO GERENCIAMENTO,

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ASSESSORIA TÉCNICA, NA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO, EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA.

A Lei nº 14.133/2021 admite a contratação de serviços de consultoria e fiscalização para auxiliar a administração na execução de obras e serviços de engenharia. Além disso, o gerenciamento eficiente das obras exige cumprimento de normas ambientais e de licenciamento, acompanhamento de condicionantes e adequação às legislações federal, estadual e municipal.

A complexidade e a quantidade de obras demandam que a SEINFRA disponha de sistema de gerenciamento e informação capaz de consolidar dados de cronograma, orçamento, medições, documentos e indicadores de desempenho, facilitando a tomada de decisões e a prestação de contas. Tal sistema deverá possibilitar o acompanhamento online dos contratos e a geração de relatórios gerenciais, integrando dados de diferentes frentes de obra.

Para a execução dos serviços descritos no TERMO DE REFERÊNCIA, está previsto a mobilização de profissionais de nível superior, técnico e auxiliar, a partir da emissão de **Ordens de Serviço (O.S.)** específicas, visando atender as necessidades dos órgãos da Administração. Além disso, deverão ser alocados, dentre outros, os equipamentos de topografia e controle, e demais acessórios necessários à perfeita execução dos trabalhos.

Cumprir destacar que esta contratação refere-se à execução de serviços de caráter contingente, cuja realização direta pela SEINFRA não é possível em razão da insuficiência de profissionais em seu quadro técnico. Diante dessa limitação estrutural, torna-se prática usual a execução indireta desses serviços, por meio da contratação de empresas especializadas em gerenciamento de obras e ações da Secretaria, garantindo assim a continuidade e a qualidade das atividades de fiscalização e apoio técnico.

4. Escopo da contratação

A contratada deverá realizar o **Gerenciamento de Projetos, Programas e Portfólio (EGP)** de maneira integrada com as equipes internas da SEINFRA, órgãos reguladores, concessionárias de serviços públicos e comunidades impactadas. Caberá à contratada consolidar informações provenientes de múltiplas fontes e promover a coordenação entre todos os atores envolvidos.

Considerando o volume e a diversidade das obras em execução e previstas — torna-se

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

essencial adotar uma visão sistêmica que possibilite o acompanhamento individual de cada obra e, simultaneamente, a análise agregada do portfólio como um todo. Essa abordagem permitirá avaliar o desempenho global das obras, identificar riscos e propor medidas corretivas, garantindo maior eficiência e qualidade na gestão dos empreendimentos públicos, principalmente no que diz respeito as obras de alta complexidade.

a. Coordenação Geral do Gerenciamento

Esta atividade será realizada após a emissão da Ordem de Serviço inicial do contrato, e terá natureza permanente (mensal), devendo ser realizada por uma equipe que ficará responsável em realizar atividades de gestão do contrato, envolvendo ações de: integração e planejamento detalhado das demandas do contrato; gerenciamento contratos, interfaces e stakeholders; Gestão de riscos e contingências; e gestão de informações e sistema gerencial.

i. Integração e planejamento detalhado

A contratada deverá contemplar, no escopo dos serviços, os seguintes elementos de integração e planejamento:

1. Estrutura Analítica do Projeto (EAP)

- Elaborar a EAP de cada obra, desmembrando o escopo em componentes menores.
- Permitir melhor planejamento, atribuição de responsabilidades e medição de progresso.

2. Definição de Produtos e Marcos

- Identificar entregas intermediárias e finais.
- Estabelecer pontos de controle (gateways).
- Definir critérios de aceitação e indicadores de desempenho.

3. Identificação das Partes Interessadas

- Mapear todas as pessoas, grupos ou entidades que influenciam ou são afetados pelas obras.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

- Realizar análise de interesses e expectativas.
- Definir estratégias de engajamento e comunicação com stakeholders.

4. Plano de Comunicação

- Descrever as informações que serão comunicadas.
- Definir periodicidade, responsáveis, público-alvo e canais de comunicação.
- Garantir transparência e fluidez no fluxo informacional.

5. Plano de Gerenciamento de Mudanças

- Estabelecer procedimentos para formalização de solicitações de mudança.
- Realizar análise de impacto em escopo, prazo e custo.
- Definir critérios e instâncias de aprovação das mudanças.

A contratada deve garantir que o planejamento seja participativo, envolvendo representantes da SEINFRA/JP, setor jurídico, financeiro e técnicos das áreas finalísticas.

ii. Gerenciamento de contratos, interfaces e stakeholders

O gerenciamento eficiente de obras públicas demanda a coordenação entre diversos contratos e partes interessadas. A contratada deverá:

- a. Consolidar informações contratuais: manter registro atualizado de datas de assinatura, vigência, valores totais e saldos, garantias apresentadas, seguros, apólices e penalidades aplicadas, facilitando a gestão administrativa;

iii. Gestão de riscos

A contratada deverá implementar um processo sistemático de gerenciamento de riscos que contemple:

- a. Identificação: levantamento de ameaças e oportunidades que possam impactar o escopo, o prazo, o custo e a qualidade das obras (ex.: condições climáticas,

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

escassez de materiais, greves, atrasos em licenças, instabilidade geotécnica).

- b. Análise qualitativa e quantitativa: classificação dos riscos segundo probabilidade e impacto, estimativa de magnitude financeira e temporal e priorização para tratamento.
- c. Planejamento de respostas: proposição de estratégias de mitigação, aceitação ou transferência, estabelecimento de planos de contingência, definição de responsáveis e prazos.
- d. Monitoramento e controle: acompanhamento da efetividade das respostas, atualização do cadastro de riscos e comunicação periódica à SEINFRA.

iv. Gestão de informações e sistema gerencial

1. Repositório único de informações

- Deve ser hospedado em ambiente digital seguro, com acesso garantido à SEINFRA como administradora principal.
- A contratada alimenta o sistema, mas a Administração define a estrutura de armazenamento e mantém acesso integral.

2. Fiscalização de Obras (diários e dashboards)

- O sistema deve permitir que gestores e fiscais da SEINFRA validem os registros antes de consolidação.
- A Administração deve ter perfis de auditoria para acompanhar em tempo real e emitir relatórios independentes.

3. Gestão de Demandas

- As agendas e planejamentos devem ser compartilhados com a SEINFRA, que aprova ou ajusta prioridades.
- A contratada atua como executora, mas a ordem de atendimento e validação das entregas é da Administração.

4. Dashboard de indicadores

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

- Indicadores devem ser configurados em conjunto com a SEINFRA.
- A Administração deve ter acesso direto ao painel, sem depender da contratada para visualizar dados.
- Integração com dispositivos móveis
- Dados coletados em campo (fotos, formulários, assinaturas) devem ser sincronizados automaticamente com o sistema central da SEINFRA.
- A Administração deve poder auditar e validar os registros, garantindo autenticidade e rastreabilidade.
- Compatibilidade com documentos e formatos abertos
- O sistema deve permitir exportação em formatos abertos (PDF, XLS, etc.), garantindo que a SEINFRA possa manipular e arquivar os dados independentemente da contratada.

5. Controle de usuários e perfis de acesso

- A Administração deve ser a gestora principal dos perfis de acesso, definindo permissões e monitorando logs.
- A contratada terá acesso operacional, mas a SEINFRA mantém o perfil administrador para garantir transparência e rastreabilidade.

b. Coordenação de Projetos

Para que os empreendimentos sejam implementados com segurança, é de grande importância a análise e compatibilização dos projetos existentes, e a gestão dos projetos em diversas fases de detalhamento/compatibilizações, a ser realizada junto aos projetistas envolvidos, de forma a garantir o detalhamento necessário, e ainda evitando interferências multidisciplinares e ainda com infraestruturas existentes nos locais das obras. Para esta coordenação, serão realizadas as seguintes atividades:

- a. Gerir interfaces técnicas: coordenar a interface entre obras civis e instalações

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

complementares (sistemas de drenagem, iluminação, redes de utilidade pública), compatibilizando projetos e cronogramas de fornecedores diversos).

- b. Compatibilizar a implantação do projeto com as infraestruturas existentes nos locais das obras, antevendo possíveis incompatibilidades e prevendo soluções antecipadas de ajustes de projetos, quando necessário, a serem demandados aos projetistas responsáveis;
- c. Gerir os projetos em conformidade com um modelo de governança inspirado nos conceitos de um Escritório de Gerenciamento de Projetos, Programas e Portfólio (EGP).

c. Programação e controle de prazos

Com base na EAP, a contratada deverá acompanhar os cronogramas de alto nível para cada obra (macrocronogramas) e cronogramas detalhados (microcronogramas) para cada fase ou etapa. Tais cronogramas devem incluir duração prevista, datas de início e término, relacionamentos de precedência, recursos necessários e margens de folga. Devem ser utilizados métodos como caminho crítico (CPM) e técnicas de nivelamento de recursos para prever impactos de atrasos e otimizar o uso de equipes e equipamentos.

O cronograma base deverá ser fixado após a ordem de serviço e servirá como referência para medição de desempenho. A cada período de acompanhamento (semanal, quinzenal ou mensal), a contratada deverá coletar dados de execução, atualizar o cronograma e comparar o progresso real com o planejado, utilizando curvas S e gráficos de tendências. Caso identifique desvios significativos, deverá propor medidas de correção como replanejamento de atividades, ajustes de recursos, horas extras ou adoção de novas tecnologias, sempre em alinhamento com a SEINFRA.

d. Gestão de custos e medições

A empresa **CONTRATADA** será remunerada pela equipe disponibilizada e medida durante a execução do contrato, conforme as funções e valores detalhados no **Anexo II**. Porém deve-se observar algumas diretrizes, como:

- a. Controle de medições: verificação das quantidades executadas e aferidas em campo,

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

conferência de boletins de medição, validação de notas fiscais e faturas, assegurando que os pagamentos correspondam aos serviços efetivamente prestados.

- b. Composição de documentos de medição: deverá conter memória detalhada dos serviços executados, indicando local exato onde foi executado; emitir relatório fotográfico com fotos dos serviços em diferentes fases, como: início, em execução e concluído, todas georeferenciadas; e deverá ser anexados relatório mensal do Diário de Obras do período correspondente a medição.
- c. Indicadores de desempenho de custos: elaboração de índices como CPI (Cost Performance Index) e variações de custo, permitindo prever o custo ao término (EAC) e direcionar ações preventivas.

Todos os dados de custos deverão ser lançados no sistema de informações gerenciais para compor relatórios consolidados, permitindo que a SEINFRA acompanhe, em tempo real, o fluxo físico e financeiro de cada obra.

e. Fiscalização técnica, qualidade e conformidade normativa

- 3 Inspeção de serviços: conferir se a execução está conforme projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, normas ABNT e demais legislações vigentes. Isso inclui controle tecnológico de concreto e asfalto, testes de compactação, sondagens, ensaios de laboratório e inspeções de instalações elétricas e hidrossanitárias.
- 4 Controle da qualidade: elaboração e acompanhamento de controle topográfico e tecnológico e planos de qualidade específicos para cada obra. Realização de auditorias internas, auditorias de fornecedores e acompanhamento de não-conformidades, exigindo correções e propondo ações preventivas e melhorias contínuas, sempre que necessário.
- 5 Acompanhamento topográfico dos serviços de campo, através de equipe especializada, munida de equipamentos necessários ao controle de qualidade dos serviços realizados.
- 6 Acompanhamento da realização de testes e ensaios de laboratório para acompanhamento dos requisitos de qualidade dos materiais implementados.
- 7 Gestão de segurança do trabalho: verificação do cumprimento das normas de

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

segurança e saúde (NR-18, NR-35 etc.), uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), treinamento de equipes e fiscalização de condições de trabalho, visando prevenir acidentes, como equipe de apoio, porém, sem extinguir a responsabilidade das executantes.

- 8 Gestão da Manutenção dos serviços, garantindo a execução de ações preventivas e corretivas, em conformidade com os planos de manutenção existentes e/ou normas técnicas e procedimentos correlatos.
- 9 Vistoria e aceite de serviços: acompanhar testes de comissionamento, obtenção de certificados de conformidade, verificação de checklists de entrega e emissão de relatórios de vistoria que subsidiem os termos de recebimento provisório e definitivo.

Sempre que identificadas falhas ou desvios, a contratada deverá elaborar relatório de não conformidade, notificar formalmente a empresa executora JUNTAMENTE COM A SEINFRA e acompanhar a correção, assegurando que as despesas decorrentes sejam de responsabilidade da contratada ou da executora, conforme cláusulas contratuais.

f. Gestão ambiental e social

As obras públicas devem estar em conformidade com a legislação ambiental e social. As atividades de apoio na supervisão de obras e serviços consistem no processo de gestão, monitoramento, avaliação e todo o suporte necessário à SEINFRA quanto a documentos de execução de obras, serviços e contratos relacionados. Assim, a CONTRATADA deverá desenvolver as seguintes atividades:

- Auxiliar na obtenção e manutenção de licenças ambientais (prévia, de instalação e de operação), elaborando estudos, relatórios e planos ambientais exigidos orientado pela SEINFRA.
- Monitorar condicionantes: acompanhar o cumprimento das condicionantes das licenças, elaborar relatórios de atendimento, propor medidas mitigadoras e compensatórias.
- Gerenciar impactos sociais: mapear comunidades afetadas, elaborar planos de comunicação social, promover audiências públicas, responder a demandas da população e promover medidas de mitigação de impactos (ex.: controle de poeira e ruído, rotas alternativas de tráfego).

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

- Cumprir políticas de sustentabilidade: incentivar práticas de construção sustentável, gerenciamento de resíduos, reaproveitamento de materiais e eficiência energética. Apoiar a SEINFRA na visita, no acompanhamento e na avaliação periódica de todas as frentes de obras e serviços públicos;

5. Descrição da Solução

- **Visão integrada da solução**

A solução proposta deve ser compreendida como um conjunto integrado de procedimentos, recursos humanos, ferramentas tecnológicas e produtos de informação que, em conjunto, permitirão à SEINFRA gerenciar e fiscalizar suas obras de maneira sistemática, transparente e eficaz. O gerenciamento não se resume ao acompanhamento físico das frentes de serviço, mas engloba o planejamento, a coleta e consolidação de dados, a análise de desempenho, a comunicação contínua com partes interessadas e a produção de relatórios comprobatórios dos serviços executados. Para isso, serão observadas as melhores práticas de engenharia consultiva e de gerenciamento de projetos, assegurando uma visão completa do ciclo de vida das obras.

- **Organização por ordens de serviço (O.S.) e etapas**

A execução dos serviços sob demanda será formalizada mediante emissão de Ordem de Serviço (O.S.) pela SEINFRA para cada obra ou conjunto de obras. A O.S. conterá o objeto específico, prazos, local de atuação, atividades a serem desenvolvidas, indicadores de medição, equipe mínima exigida e eventuais particularidades técnicas ou ambientais. A contratada só poderá iniciar os trabalhos após o recebimento da O.S. correspondente e deverá elaborar, em até cinco dias úteis, um Plano de Ação detalhado para a obra, com distribuição de tarefas, cronograma de mobilização e definição de pontos de controle.

O cancelamento, suspensão ou alteração de uma O.S. deverá ser formalizado pela SEINFRA/JP, com o devido registro no sistema de informações gerenciais. Casos de urgência ou emergências poderão demandar emissão de O.S. extraordinária, com prazos e atividades ajustados à necessidade.

- **Mobilização de equipe e recursos**

Para cada O.S., a contratada deverá mobilizar equipe multidisciplinar de acordo com o porte e complexidade da obra, incluindo coordenadores de projetos, engenheiros civis,

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

ambientais, elétricos, sanitaristas, topógrafos, técnicos de edificações, analistas de planejamento, analistas socioambientais e equipe administrativa. A mobilização abrange:

- a. Reuniões de alinhamento com as equipes da SEINFRA/JP, em que serão apresentados o escopo detalhado, os objetivos de desempenho, os requisitos legais e os canais de comunicação.
- b. Preparação de recursos materiais e tecnológicos, garantindo que todos os profissionais disponham de instrumentos de medição, equipamentos de proteção individual (EPIs), dispositivos móveis para coleta de dados e acesso ao sistema de informações.
- c. Planejamento logístico para deslocamento até os canteiros de obras e, quando necessário, instalação de escritórios de apoio temporários.
- d. Cabe à contratada prover toda a infraestrutura necessária (computadores, softwares, licenças, etc.) para a adequada execução dos serviços, sem ônus adicional para a SEINFRA.

• **Processo de fiscalização e coleta de dados**

Ao longo da execução, a equipe fiscal deverá acompanhar os trabalhos de campo, coletando informações diárias sobre:

- a. Andamento dos serviços (atividades executadas, etapas concluídas, problemas encontrados);
- b. Recursos utilizados (mão de obra, equipamentos, materiais);
- c. Conformidade com projetos (medições de dimensões, cotas, volumes, ensaios e verificação de especificações);
- d. Conformidade com prazos (verificação de cumprimento de datas de início e término das atividades previstas no cronograma);
- e. Conformidade com custos (registro de medições para faturamento, recursos gastos, aditivos solicitados);
- f. Situações de risco ou emergência (ocorrência de acidentes, interdições, intempéries).

Esses dados devem ser inseridos no sistema de informações gerenciais preferencialmente através de dispositivos móveis no campo, no momento da coleta, garantindo que as informações estejam continuamente atualizadas e possibilitem geração de relatórios em tempo real.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

- **Produção e entrega dos produtos de informação**

Para cada período de referência ou solicitação da SEINFRA, a contratada deverá elaborar os produtos de informação que servirão como evidência material da execução dos serviços:

Todos os relatórios deverão ser entregues em dois formatos: formato não editável (por exemplo, PDF) para garantir a integridade dos documentos, e formato editável (por exemplo, DOCX, XLSX, MPP), permitindo que a SEINFRA faça análises adicionais ou insira observações. Os documentos digitais serão disponibilizados em mídia removível etiquetada e na nuvem, em ambiente seguro, com acesso controlado pela SEINFRA. Cópias impressas poderão ser solicitadas a qualquer momento.

- **Gestão do sistema de informações e repositório de documentos**

O sistema de informações gerenciais deve funcionar como núcleo da solução, sendo responsável por:

- a. Armazenamento de documentos gerados (projetos, relatórios, medições, licenças, correspondências, fotos, modelos BIM) com organização por obra, data e tipo.
- b. Compartilhamento seguro de documentos entre contratada, SEINFRA/JP, empresas executoras e órgãos de fiscalização, com controle de permissões e registro de logs de acesso.
- c. Emissão automática de alertas sobre vencimento de prazos contratuais, licenças, seguros e garantias, bem como de avisos de desvios de cronograma e orçamento.
- d. Consulta rápida de indicadores e dados históricos, permitindo análises comparativas e tomada de decisão baseada em evidências.

A contratada será responsável pela administração do sistema durante a vigência do contrato, garantindo disponibilidade, backup, suporte técnico e treinamento contínuo dos usuários. Ao término do contrato, todos os dados e documentos armazenados no sistema deverão ser transferidos integralmente para a SEINFRA.

- **Reuniões de acompanhamento e comunicação contínua**

A solução prevê a realização de reuniões periódicas de acompanhamento (mensais ou conforme definido na O.S.), envolvendo representantes da contratada, da SEINFRA/JP,

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

empresas executoras e demais órgãos envolvidos. Nessas reuniões serão apresentados os relatórios mensais, discutidos os desvios identificados, acordadas ações corretivas e preventivas, atualizados cronogramas e definidas responsabilidades. Ata de cada reunião deverá ser elaborada, registrada no sistema e assinada pelos participantes.

Além das reuniões regulares, a comunicação cotidiana será mantida por meio de e-mails, mensagens instantâneas, telefone ou videoconferência, conforme matriz de comunicação estabelecida no Plano de Gerenciamento. O objetivo é assegurar que qualquer problema ou necessidade de decisão seja rapidamente encaminhado, evitando atrasos e retrabalhos.

- **Formalização da entrega e aceitação dos serviços**

Cada relatório ou produto de informação entregue será objeto de validação pela fiscalização da SEINFRA, que verificará se o conteúdo está completo, coerente e consistente com as atividades executadas. Aprovado o relatório, será emitido termo de aceite que servirá como documento comprobatório da execução do serviço, autorizando o faturamento respectivo. Em caso de pendências ou necessidade de complementações, a contratada terá prazo determinado para ajustar o documento. O acompanhamento da qualidade e tempestividade das entregas será um dos critérios para aferição do desempenho da contratada.

- **Encerramento de frentes de obra**

Ao final de cada obra, a contratada deverá elaborar um Relatório de Encerramento, reunindo todos os registros de planejamento, execução e controle, assim como o “as built” (projeto conforme executado), garantias e certificações. Esse relatório comporá o acervo permanente da SEINFRA, servindo para consultas futuras e para aprimorar processos internos. O encerramento de uma frente de obra não extingue automaticamente as obrigações de acompanhamento socioambiental ou de garantia de serviços, que deverão ser tratadas em conformidade com as cláusulas contratuais.

6. Requisito da Contratação

a. Requisitos Gerais

- Fica ressalvada a possibilidade da alteração de condições previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), em face da superveniência de normas federais ou municipais

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

aplicáveis.

- Os serviços contratados serão executados de acordo com este TERMO DE REFERÊNCIA (TR), com documentos neles referidos, bem como detalhes e as especificações complementares dos anexos que o compor.
- Para a perfeita e plena execução dos serviços, a **CONTRATADA** se obriga sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda a assistência técnica e administrativa necessária para garantir o andamento conveniente aos trabalhos.
- A **CONTRATADA** deverá realizar os serviços de campo e demais levantamentos adicionais para atendimento à plena execução do objeto do contrato, sem qualquer ônus acessório a **CONTRATANTE**.
- No desenvolvimento dos trabalhos e das soluções adotadas deverão sempre e, em todos os casos, serem considerados os aspectos ambientais conforme determina a legislação vigente, além das instruções específicas a serem fornecidas pela SEINFRA.
- Toda e qualquer necessidade de retrabalho oriundo do descumprimento, pela **CONTRATADA**, das exigências de Legislação, Normas, Diretrizes, Especificações Técnicas, será de inteira responsabilidade dela, a qualquer tempo, mesmo após o recebimento do produto pela **CONTRATANTE**.
- Todos os materiais, salvo o disposto em contrário em contrato, serão fornecidos pela **CONTRATADA**, serão de primeira qualidade e todos os serviços executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda, satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras.
- Em hipótese alguma, poderá a **CONTRATADA** alegar desconhecimento das cláusulas e condições deste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), bem como das exigências expressas nos projetos e normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Todos os recursos humanos, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), salvo o disposto em contrário, serão fornecidos pela **CONTRATADA**.
- Serão impugnados pelo **Gestor/Fiscal** do contrato todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais. Ficará a **CONTRATADA** obrigada a refazer os trabalhos

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

impugnados logo após o recebimento da ordem de serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

- Iniciados os serviços, a **CONTRATADA** deve conduzi-las contínua e regularmente, dentro do cronograma estabelecido.
 - A **CONTRATADA** deve se responsabilizar pelo estudo de todos os documentos e outros elementos fornecidos pela SEINFRA para a execução do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos.
 - A **CONTRATADA** deverá participar de todas as reuniões que se façam necessárias, sempre que for solicitada sua participação pela **CONTRATANTE**. Todas as reuniões deverão ser acompanhadas pelo coordenador geral e/ou preposto indicado e pelo especialista de cada área, sempre que necessário.
 - Todos os trabalhos a serem desenvolvidos deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e normas dos demais órgãos reguladores competentes, conforme cada caso.
 - Também deverão ser seguidas as especificações técnicas particulares da SEINFRA ou outros agentes/órgãos externos, que serão entregues para a **CONTRATADA**, de conhecimento quando da emissão da ordem de serviço para início dos serviços.
 - A **CONTRATADA** deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do **CONTRATANTE** ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
 - A **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, manterão durante o desenvolvimento dos trabalhos, a necessária comunicação para facilitar o acompanhamento e o cumprimento do contrato, **reuniões periódicas** tantas quantas, sempre e quando necessárias.
 - A **CONTRATANTE** convocará, para esse fim, por sua iniciativa ou da **CONTRATADA**, quantas reuniões considerarem convenientes, independentemente de limitações. Nessa etapa deverão ser definidas as diretrizes para o prosseguimento dos trabalhos onde se apresentarão as demandas necessárias para execução dos serviços contratados.
-
- A **CONTRATADA** deverá zelar e manter sigilo sobre todos os dados, informações e/ou artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

conhecimento e acesso durante a execução dos trabalhos, não podendo sob qualquer pretexto os divulgar, reproduzi-los ou utilizá-los, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**, sob pena de responsabilidades administrativas, civil ou criminal.

- A **CONTRATADA** fica obrigada a obedecer às políticas e normas de Segurança de Informação e de Dados adotadas pela SEINFRA, durante toda a vigência contratual, bem como obedecer a quaisquer marcos legais de segurança vigentes ou posteriormente adotados.
- Os dados, informações e documentos gerados pela **CONTRATADA** durante a vigência contratual, são de propriedade exclusiva da SEINFRA, e deverão ser prontamente e integralmente disponibilizados à SEINFRA quando solicitado por esta, ou em caso de ruptura ou término do contrato.

b. Não Parcelamento do Objeto

Considerando o disposto no art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021, que determina que a Administração deve avaliar o parcelamento do objeto sempre que técnica e economicamente viável, fica justificado o **não parcelamento** do presente objeto, pelos seguintes motivos:

1. **Unicidade técnica do objeto:** Os serviços de gerenciamento, fiscalização, supervisão, planejamento, controle, gestão de riscos, gestão socioambiental e operação do sistema de informações gerenciais constituem um conjunto integrado e interdependente, cuja execução exige coordenação centralizada e padronização metodológica.
2. **Necessidade de visão sistêmica e gestão unificada:** A natureza do contrato exige acompanhamento simultâneo de diversas obras e empreendimentos, com análise consolidada de portfólio, indicadores, riscos e desempenho. O parcelamento comprometeria a coerência dos dados, a uniformidade dos relatórios, a comparabilidade dos indicadores e a eficiência da tomada de decisão.
3. **Risco de conflitos de responsabilidade:** A divisão do objeto entre múltiplas empresas geraria sobreposição de atribuições, lacunas de responsabilidade, divergência de metodologias e dificuldades de integração entre equipes, sistemas e processos, prejudicando a fiscalização e aumentando o risco contratual.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

4. **Inviabilidade operacional do parcelamento:** A gestão integrada de obras exige um único sistema de informações, um único repositório de documentos, um único fluxo de comunicação e uma única coordenação geral, o que inviabiliza a fragmentação do objeto sem perda de eficiência e aumento de custos.
5. **Economia de escala e racionalização administrativa:** A contratação de uma única empresa reduz custos indiretos, simplifica a gestão contratual, evita duplicidade de estruturas e garante maior economicidade ao Município.

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto não é técnica, operacional ou economicamente viável, devendo a contratação ocorrer de forma única e indivisível, garantindo a plena execução dos serviços e a eficiência da gestão pública.

**c. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO – LEI
FEDERAL Nº 14.133/2021**

- i. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** As propostas serão julgadas pelo critério de “Técnica e Preço”, conforme art. 33, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.
- ii. Os serviços objeto da presente contratação, caracterizam-se exclusivamente por serviços de natureza predominantemente intelectual, de modo a permitir a decisão de contratação com base na combinação “Técnica e Preço”, em consonância com o art. 36, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021
- iii. **MODO DE DISPUTA:** Deverá ser adotado o modo de disputa “FECHADO”, permanecendo em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação, de acordo com o art. 56, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como, considerando a vedação do §2º, do mesmo artigo da Lei.
- iv. **REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por preço unitário (art. 46º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações).
- v. **TIPO DE LICITAÇÃO: Concorrência.**

A contratação de Pessoa Jurídica (PJ) para a execução dos serviços definidos neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos, encontra amparo legal na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e pertinente à matéria.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

d. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

No âmbito da presente contratação, **não será permitida a participação de empresas reunidas em CONSÓRCIO**. Tendo em vista que o escopo é comum às empresas de engenharia consultiva, podendo ser realizado integralmente por uma mesma empresa, nesta licitação não será admitida a participação em consórcio para permitir a participação de um maior número de empresas, possibilitando o aumento na competitividade.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL - HABILITAÇÃO

Para **comprovação de capacidade técnico-operacional** serão exigidas as condições, como segue:

Comprovação de registro ou inscrição do **PROPONENTE** na entidade profissional competente da localidade da sede da **PROPONENTE** (CREA, CAU ou entidade competente), com validade na data de apresentação da proposta;

Apresentar 01 (um) ou mais atestado(s), por item de serviço, conforme descrito no **Quadro 2**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dessa licitação nos quesitos e critérios detalhados no quadro a seguir.

Quadro 2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL DA EMPRESA

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de pavimentação de vias urbanas
2	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de Edificações Públicas
3	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de infraestrutura de saneamento
4	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de Manutenção de obras de saneamento
5	Elaboração, implantação e gestão de software online para acompanhamento de obras de infraestrutura urbana e/ou saneamento
6	Gerenciamento de Projetos de infraestrutura, envolvendo minimamente obras de saneamento e edificações

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

Para **comprovação de capacidade técnico-profissional** serão exigidas as condições, como segue:

- i. Comprovação de registro ou inscrição em nome do **RESPONSÁVEL TÉCNICO da proponente**, na entidade profissional competente (CREA, CAU ou entidade competente), com validade na data de apresentação da proposta;
- ii. **Apresentar 01 (um) ou mais atestados**, por item de serviço, conforme descrito no **Quadro 3**, expedidos por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dessa licitação nos quesitos e critérios detalhados no quadro a seguir.

Quadro 3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA PROPONENTE

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de pavimentação de vias urbanas
2	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de Edificações Públicas
3	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de infraestrutura de saneamento
4	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de Manutenção de obras de saneamento
5	Elaboração, implantação e gestão de software online para acompanhamento de obras de infraestrutura urbana e/ou saneamento
6	Gerenciamento de Projetos de infraestrutura, envolvendo minimamente obras de saneamento e edificações

8. DA PROPOSTA TÉCNICA

A licitante deverá apresentar uma única Proposta Técnica, constando de:

- a) **Conhecimento do Problema (A):** O conhecimento do Problema deverá ser apresentado com no máximo, 50 (cinquenta) páginas, em Fonte Arial 12, em papel formato A4, impresso apenas no anverso de cada folha, incluindo gráficos, desenhos, planilhas e diagramas. Deverá

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

ser apresentado através de textos contendo:

- a.1) Conhecimento dos empreendimentos da SEINFRA;
- a.2) Conhecimento objetivo dos principais serviços e das suas características gerais; e
- a.3) Conhecimento dos principais fatores socioambientais a serem enfrentados.

b) Metodologia e Plano de Trabalho (B): A Metodologia e Plano de Trabalho deverão ser apresentados com no máximo, 30 (trinta) páginas, em Fonte Arial 12, em papel formato A4, impresso apenas no anverso de cada folha, incluindo gráficos, desenhos, planilhas e diagramas. Deverá ser apresentado através de textos contendo:

- b.1) Metodologia de execução a ser adotada, em conformidade com o escopo e serviços previstos no Termo de Referência;
- b.2) Descrição, detalhamento e planejamento de desenvolvimento das atividades;
- b.3) Fluxograma e cronograma das atividades, incluindo o cronograma de permanência dos profissionais alocados nas atividades previstas;

Admitir-se-á a utilização de outro tipo de fonte para apresentação de quadros, fluxogramas, tabelas e ilustrações entre textos. Cada página de papel A3 será contada como equivalente a duas páginas de papel A4, não se admitindo folhas maiores, que serão desconsideradas.

Os textos contidos em páginas adicionais que ultrapassem o limite máximo definido para cada item não serão objeto de qualquer análise para fins de atribuição de nota de Proposta Técnica.

A proposta Técnica não deverá conter preços. A licitante que não cumprir instrução terá sua proposta desclassificada.

c) Equipe Técnica Chave (C)

c.1) A equipe técnica básica multidisciplinar deverá ser composta no mínimo de:

c.1.1) Coordenador - Engenheiro Civil – C1

I. Indicação de um profissional de nível superior, com no mínimo 20 anos de graduação em Engenharia Civil, e com Experiência devidamente comprovada conforme detalhado na sequência deste documento.

II. A comprovação dar-se-á através de Atestado acompanhado de Certidão de Acervo Técnico

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

– CAT (CREA/CAU) devidamente registrada na respectiva entidade profissional, que demonstrem que o profissional tenha exercido as atividades indicadas no parágrafo anterior.

c.1.2) Coordenador Sênior de Planejamento - Engenheiro Civil – C2

I. Indicação de um profissional de nível superior, com no mínimo 15 anos de graduação em Engenharia Civil, e com Experiência devidamente comprovada conforme detalhado na sequência deste documento.

II. A comprovação dar-se-á através de Atestado acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT (CREA/CAU) devidamente registrada na respectiva entidade profissional, que demonstrem que o profissional tenha exercido as atividades indicadas no parágrafo anterior.

c.1.3) Coordenador Sênior de Projetos - Engenheiro Civil ou Arquiteto – C3

I. Indicação de um profissional de nível superior, com no mínimo 15 anos de graduação em Engenharia Civil ou Arquitetura, e com Experiência devidamente comprovada conforme detalhado na sequência deste documento.

II. A comprovação dar-se-á através de Atestado acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT (CREA/CAU) devidamente registrada na respectiva entidade profissional, que demonstrem que o profissional tenha exercido as atividades indicadas no parágrafo anterior.

c.1.4) Coordenador Sênior de Supervisão – Engenheiro Civil - Sistema Viário Urbano – C4

I. Indicação de um profissional de nível superior, com no mínimo 15 anos de graduação em Engenharia Civil, e com Experiência devidamente comprovada conforme detalhado na sequência deste documento.

II. A comprovação dar-se-á através de Atestado acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT (CREA/CAU) devidamente registrada na respectiva entidade profissional, que demonstrem que o profissional tenha exercido as atividades indicadas no parágrafo anterior.

c.1.5) Coordenador Sênior de Supervisão - Engenheiro Civil ou Arquiteto - Edificações – C5

I. Indicação de um profissional de nível superior, com no mínimo 15 anos de graduação em Engenharia Civil ou Arquiteto, e com Experiência devidamente comprovada conforme detalhado na sequência deste documento.

II. A comprovação dar-se-á através de Atestado acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT (CREA/CAU) devidamente registrada na respectiva entidade profissional, que

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

demonstrem que o profissional tenha exercido as atividades indicadas no parágrafo anterior.

c.2) Para cada um dos profissionais componentes da equipe técnica deverá ser apresentado:

I. Currículo devidamente assinado pelo profissional, que demonstre a experiência requerida para o profissional, bem como a sua experiência.

II. Os currículos deverão ser apresentados no formato A4 e devem conter obrigatoriamente as seguintes informações:

- Nome e dados pessoais; Formação Escolar, contendo:
- Cursos de Graduação realizado;
- Entidade escolar em que o curso foi realizado;
- Ano de conclusão do curso;
- A formação escolar deverá ser comprovada por meio de Diploma ou Certidão Conclusão de curso, quando houver;

Experiência Profissional, descrita em ordem decrescente, isto é, iniciando pela experiência profissional atual (ou mais recente) até a primeira experiência, contendo obrigatoriamente:

- Nome da Empresa/Órgão/Entidade para a qual trabalhou;
- Descrição do objeto dos serviços realizados e atividades exercidas durante o serviço citado para cada um dos profissionais arrolados no quadro da Equipe Técnica Chave para que seja atribuída a pontuação técnica.
- Assinatura do profissional significando sua anuência sobre os dados informados, a concordância em participar da proposta e o compromisso de participar efetivamente dos serviços;
- Comprovação do registro profissional nos respectivos órgãos de classe, a que esteja obrigado para exercício de suas atividades da seção de seu domicílio profissional.

c.3) Fica vedada a participação de um mesmo técnico em equipes licitantes diferentes, sob pena de desclassificação das licitantes que transgredirem tal veto.

c.4) A ausência na proposta técnica de quaisquer dos documentos acima arrolados ensejará a perda de pontuação deste item (equipe técnica chave) em relação ao profissional, nos termos previstos no quadro de pontuação técnica da equipe técnica chave.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

d) Experiência da Empresa (D)

Deverá ser apresentada a Comprovação de registro ou inscrição do **PROPONENTE** na entidade profissional competente da localidade da sede da **PROPONENTE** (CREA, CAU ou entidade competente), com validade na data de apresentação da proposta.

Ainda, deverão ser apresentados 01 (um) ou mais atestado(s), por item de serviço, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dessa licitação nos quesitos e critérios detalhados na sequência desta proposta.

9. Avaliação e Pontuação da Proposta Técnica:

A avaliação de Propostas Técnicas será feita tópico por tópico e levadas em consideração a clareza, a objetividade e apresentação da Proposta, sua consistência, o atendimento às especificações do Edital, a confiabilidade e a experiência da licitante nos itens "A", "B", "C" e "D".

As notas atribuídas serão inteiras, sem fração e serão atribuídas a cada alínea notas de acordo com seus níveis de adequação, a seguir explicitados. A nota final dos itens, com as respectivas pontuações máxima e mínima, conforme quadro resumo a seguir:

ITENS ANALISADOS		PONTUAÇÃO MÁXIMA
A	CONHECIMENTO DO PROBLEMA	30
B	PLANO DE TRABALHO	29
C	EQUIPE TÉCNICA CHAVE	24
D	EXPERIENCIA DE EMPRESA	17
NT	NOTA TÉCNICA	100

A nota final das Propostas Técnicas será a soma das notas individuais de cada um dos 04 (quatro) quesitos, variando a nota final de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

a) Conhecimento do Problema (A)

a.1) Neste quesito, a nota será atribuída em função da capacidade de análise e de visão da licitante dos serviços objeto da licitação da seguinte forma:

$$A = A1 + A2 + A3$$

Sendo:

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

ITENS ANALISADOS		PONTUAÇÃO MÁXIMA
A1	Conhecimento dos empreendimentos da SEINFRA;	10
A2	Conhecimento dos principais serviços e das suas características gerais	10
A3	Conhecimento dos principais fatores Ambientais a serem enfrentados	10
A	CONHECIMENTO DO PROBLEMA	30

a.2) A pontuação será atribuída dentro dos seguintes conceitos:

I) Ótimo: Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentar as informações e as proposições além e acima das mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, evidenciando, no entanto, além de conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados propondo inovações na metodologia de trabalho, com resultados mais eficazes e eficientes, tanto no campo prático como no de conhecimentos teóricos, conduzindo claramente a uma melhora substancial na qualidade dos serviços, em relação às expectativas iniciais

II) Bom: Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições além e acima das mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mostrando um conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, com proposições de modificações de metodologia, de atuação conforme especificado, de apresentação de resultados e de formas de organização que indiquem claramente uma substancial melhoria de qualidade nos serviços a serem executados, em relação às expectativas iniciais.

III) Médio: Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mostrando, no entanto, um conhecimento mais aprofundado do problema, dos serviços envolvidos, dos projetos e das tarefas que está se propondo a realizar, mostrando

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

evidência de que oferece condições de atuar com desempenho melhor do que o mínimo exigido pelo Edital.

IV) Insuficiente: Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mas contendo erros ou omissões que, embora não caracterizem conhecimento insuficiente dos assuntos, sugerem que as proposições da proponente não satisfazem, adequadamente, às expectativas mínimas da SEINFRA quanto à qualidade dos serviços que a proponente se propõe a prestar.

V) Não Abordado / Inaceitável: Nesta qualificação serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a Proponente:

- Não apresentou as informações e proposições mínimas requeridas;
- Apresentou as informações e proposições com falhas, erros ou omissões que apontem para o conhecimento insuficiente dos assuntos; ou
- Apresentou os conhecimentos necessários, mas em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.

a.3) Serão atribuídas a cada alínea notas, de acordo com seus níveis de adequação, devendo as Propostas apresentar elementos suficientes para uma correta avaliação. As notas atribuídas serão inteiras, sem fração, de acordo com a seguinte tabela de referência:

PONDERAÇÃO /CONCEITO	PONTUAÇÃO PARCIAL POR ITEM		
	A1	A2	A3
ÓTIMO	10	10	10
BOM	8,0	8,0	8,0
MÉDIO	5,0	5,0	5,0
INSUFICIENTE	2,0	2,0	2,0
NÃO ABORDADO / INACEITÁVEL	0,0	0,0	0,0

b) Plano de Trabalho (B)

b.1) Neste quesito, a nota será de acordo com a seguinte composição:

$$B = B1 + B2 + B3 + B4$$

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

Sendo:

ITENS ANALISADOS		PONTUAÇÃO MÁXIMA
B1	Metodologia de execução a ser adotada, em conformidade com o escopo e serviços previstos no Termo de Referência;	10
B2	Descrição, detalhamento e planejamento de desenvolvimento das atividades;	10
B3	Organograma a matriz de Responsabilidades	3
B4	Fluxograma e cronograma das atividades, incluindo o cronograma de permanência dos profissionais alocados nas atividades previstas.	6
B	PLANO DE TRABALHO	29

b.2) A pontuação será atribuída dentro dos seguintes conceitos:

I) Ótimo: Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentar as informações e as proposições além e acima das mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, evidenciando, no entanto, além de conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados propondo inovações na metodologia de trabalho, com resultados mais eficazes e eficientes, tanto no campo prático como no de conhecimentos teóricos, conduzindo claramente a uma melhora substancial na qualidade dos serviços, em relação às expectativas iniciais.

II) Bom: Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições além e acima das mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mostrando um conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, com proposições de modificações de metodologia, de atuação conforme especificado, de apresentação de resultados e de formas de organização que indiquem claramente uma substancial melhoria de qualidade nos serviços a serem executados, em relação às expectativas iniciais.

III) Médio: Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mostrando, no entanto, um conhecimento mais aprofundado do problema,

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

dos serviços envolvidos, dos projetos e das tarefas que está se propondo a realizar, mostrando evidência de que oferece condições de atuar com desempenho melhor do que o mínimo exigido pelo Edital.

IV) Insuficiente: Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mas contendo erros ou omissões que, embora não caracterizem conhecimento insuficiente dos assuntos, sugerem que as proposições da proponente não satisfazem, adequadamente, às expectativas mínimas da SEINFRA quanto à qualidade dos serviços que a proponente se propõe a prestar.

V) Não Abordado / Inaceitável: Nesta qualificação serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a Proponente:

- Não apresentou as informações e proposições mínimas requeridas;
- Apresentou as informações e proposições com falhas, erros ou omissões que apontem para o conhecimento insuficiente dos assuntos; ou
- Apresentou os conhecimentos necessários, mas em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.

b.3) Serão atribuídas a cada alínea notas, de acordo com seus níveis de adequação, devendo as Propostas apresentar elementos suficientes para uma correta avaliação. As notas atribuídas serão inteiras, sem fração, de acordo com a seguinte tabela de referência:

PONDERAÇÃO / CONCEITO	PONTUAÇÃO PARCIAL POR ITEM			
	B1	B2	B3	B4
ÓTIMO	10,0	10,0	3,0	6,0
BOM	6,0	6,0	2,0	4,0
MÉDIO	3,0	3,0	1,5	2,0
INSUFICIENTE	1,0	1,0	1,0	1,0
NÃO ABORDADO / INACEITÁVEL	0,0	0,0	0,0	0,0

c) Equipe Técnica Chave (C)

c.1) As notas parciais referentes a Equipe Técnica Chave serão atribuídas para os profissionais, de acordo com os critérios detalhados nos itens a seguir.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO TOTAL
1	COORDENADOR Engenheiro Civil			
	Coordenação do Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de infraestrutura de saneamento e Edificações Públicas	2,00	1,50	
	Coordenação do Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de Manutenção de obras de saneamento	2,00	1,50	3,00
	Coordenação da Elaboração, implantação e gestão de software online para acompanhamento de obras de infraestrutura urbana e/ou saneamento	2,00	1,50	3,00
	Coordenação do Gerenciamento de Projetos de infraestrutura, envolvendo minimamente obras de saneamento e edificações públicas	1,00	1,50	1,50
TOTAL				10,50
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO TOTAL
2	COORDENAÇÃO SÊNIOR DE PLANEJAMENTO Engenheiro Civil			
	Coordenação da Elaboração, implantação e gestão de software online para acompanhamento de obras de infraestrutura urbana e/ou saneamento	2,00	1,50	3,00
	Coordenação do Gerenciamento de Projetos de infraestrutura, envolvendo minimamente obras de saneamento e edificações públicas	1,00	1,50	1,50
TOTAL				4,50
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO TOTAL
3	COORDENAÇÃO SÊNIOR DE PROJETOS Engenheiro Civil ou Arquiteto			
	Coordenação do Gerenciamento de Projetos de infraestrutura, envolvendo minimamente obras de saneamento e edificações públicas	2,00	1,50	3,00
TOTAL				3,00
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO TOTAL
4	COORDENAÇÃO SÊNIOR DE SUPERVISÃO - SISTEMA VIÁRIO URBANO Engenheiro Civil			

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

	Coordenação do Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de pavimentação de vias urbanas	2,00	1,50	3,00
TOTAL				3,00
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO TOTAL
5	COORDENAÇÃO SÊNIOR DE SUPERVISÃO - EDIFICAÇÕES Engenheiro Civil ou Arquiteto			
	Coordenação do Gerenciamento de Projetos de infraestrutura, envolvendo minimamente obras de saneamento e edificações públicas	2,00	1,50	3,00
TOTAL				3,00
TOTAL GERAL				24,00

d) Experiência da Empresa (D)

d.1) As notas parciais referentes a Experiência da Empresa serão atribuídas de acordo com a tabela apresentada na sequência.

EXPERIÊNCIA DA EMPRESA				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO TOTAL
1	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de pavimentação de vias urbanas	2,00	1,50	3,00
2	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de edificações públicas	2,00	1,50	3,00
3	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de infraestrutura de saneamento	2,00	1,50	3,00
4	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Obras de Manutenção de obras de saneamento	2,00	1,50	3,00
5	Elaboração, implantação e gestão de software online para acompanhamento de obras de infraestrutura urbana e/ou saneamento	2,00	1,50	3,00
6	Gerenciamento de Projetos de infraestrutura, envolvendo minimamente obras de saneamento e edificações públicas	2,00	1,00	2,00

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

EXPERIÊNCIA DA EMPRESA	
TOTAL	17,00

Obs: 1 – Poderá ser apresentado um mesmo atestado para atendimento a mais de um item da tabela acima.

e) Proposta de Preços (E)

Na avaliação de empreendimentos desta natureza e com objetivo de mantermos um equilíbrio entre as propostas dos participantes, deverão ser eliminadas, para o bem da administração Pública, as propostas que se revelem manifestamente inaceitáveis ou inexequíveis.

Serão desclassificadas as empresas que apresentarem preço unitário ou global superior ao apresentado na Planilha Orçamentária Básica, constante no **Anexo II** deste Termo de Referência.

Conforme O art. 59, inc. III, da Lei 14.133 (nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos) determina a desclassificação das propostas com preços inexequíveis. Para obras e serviços de engenharia, o art. 59, § 4º, especifica que “serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração”.

i. NOTAS DE PREÇOS

As notas de preços serão dadas pela aplicação da fórmula abaixo:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

onde:

NP= NOTA DE PREÇOS (com precisão de três casas decimais, desprezando-se as demais);
e

X2= Valor da PROPOSTA DE PREÇOS do LICITANTE considerada.

Sendo:

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

$$X1 = (V_o + M) / 2$$

Onde:

V_o = Valor do orçamento SEINFRA (considerado o preço total geral orçado pela ADMINISTRAÇÃO conforme planilha de orçamento presente no EDITAL DE LICITAÇÃO)

M = Média aritmética simples dos preços propostos pelos LICITANTES CLASSIFICADOS na fase TÉCNICA (com precisão de três casas decimais, desprezando-se as demais).

Obs.: A Nota de Preço (NP) atribuída à Proposta de Preços fica limitada a 100 (cem) pontos.

Na análise da “Proposta de Preço” será considerado o preço global, ou seja, o valor final do somatório de todos os serviços mais BDI, onde deverão estar inclusas todas as despesas com transportes, impostos, taxas, seguros, salários, materiais, utensílios, equipamentos ou quaisquer outros encargos.

f) Avaliação Final (F)

Observadas todas as exigências anteriores, será vencedora a proposta que obtiver a maior nota final combinado a Nota Técnica e Nota de Preço conforme a fórmula abaixo:

$$NF = m \times PT + n \times NP$$

Onde,

NF = Nota Final;

PT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços;

m – Peso atribuído a PT (Nota da Proposta Técnica), para esta licitação $m = 0,7$;

n – Peso atribuído a NP (Nota da Proposta de Preços), para esta licitação $n = 0,3$;

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

Verificada absoluta igualdade entre 02 (duas) ou mais Notas Finais, será declarada vencedora a LICITANTE que, dentre as empatadas, tiver obtido a maior nota na Proposta Técnica. Persistindo o empate será escolhida a vencedora por sorteio, durante as empatadas, em sessão pública.

12. DA CONTRATAÇÃO E FORMALIZAÇÃO

Após transcorrida todas as suas fases, tendo sido a presente licitação, homologada e adjudicada a favor da **CONTRATADA**, tem-se que, por ocasião da assinatura do contrato, a convocada deverá instalar prontamente o **escritório técnico de representação**, bem como, estruturação mínima fixada neste TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos.

Após assinatura do contrato a Administração, por intermédio da SEINFRA, emitirá **Ordem de Serviço**, diretamente à **CONTRATADA**, em função da necessidade de mobilização pessoal, técnica, tecnológica e operacional, para início parcial ou total dos serviços que compõem o objeto da presente contratação.

O prazo para o início da mobilização da **CONTRATADA**, será de imediato e em até **15 (quinze) dias**, contados da data de recebimento da **OS**, prorrogável por igual período, sob pena de multa estabelecida no contrato. Esse prazo poderá ser dilatado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância com a fiscalização do contrato.

a. DA GARANTIA CONTRATUAL

A garantia para assegurar a plena execução do contrato corresponderá a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato e deverá obedecer aos termos da Cláusula Garantia de Adimplemento do Contrato, constante da Minuta do Termo de Contrato, podendo ser prestada em uma das modalidades estabelecidas nos incisos do §1º do art. 96, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

Salienta-se justificada que na contratação em questão adotou-se o percentual de **5% (cinco por cento)** para fins de garantia, face a elevada complexidade técnica e riscos envolvidos direta e/ou indiretamente na execução do objeto contratual, dentre os quais destaca-se:

- i. transdisciplinaridade dos serviços, a qual envolve uma elevada e singular

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

complexidade técnica de execução do conjunto de atividades de forma isolada e/ou conjunta para atendimento das demandas da Administração;

- ii. os serviços planejados coadunam-se com o planejamento, podendo colocar em risco o cumprimento de projetos, empreendimentos e/ou serviços de interesse público, os quais são também de interesse coletivo e possuem diversos aspectos urbanísticos, sociais, ambientais e econômicos com impactos intangíveis para o desenvolvimento do Estado;
- iii. ainda, no contexto Estadual, a contratação de tais serviços de apoio no gerenciamento, supervisão e assessoria técnica envolvendo a área de atuação de diversas Secretarias pode ser considerada de "grande vulto", bem como implica na necessidade de mitigar riscos;
- iv. dentre outros motivos que são descritos em pormenores na própria fundamentação, justificativa e descrição da necessidade desta contratação, conforme caput do art. 98, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

b. DA GARANTIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de garantia dos serviços executados serão de **12 (doze) meses**, no qual os executores têm responsabilidade objetiva pelos defeitos verificados nos serviços executados após sua conclusão, devendo repará-los sempre que necessário.

Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar qualquer vício relacionado a má execução dos serviços, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

A garantia será prestada com vistas a manter os serviços fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

A garantia abrange a realização de retificações e/ou correções nos serviços executados pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

Entende-se por retificações e/ou correções nos serviços aquelas destinadas a corrigir erros/defeitos apresentados nos serviços, compreendendo a substituição de peças técnicas e/ou serviços considerados inadequados ou insuficientes para o fim, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

Os serviços que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser retificados/corrigidos pela CONTRATADA, sempre atendendo aos padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos previstos em normas e na legislação vigente.

Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a correção dos serviços que apresentarem vício ou defeito em prazo a ser pactuado entre as partes, contado a partir da data de acionamento pela CONTRATANTE.

A garantia legal ou contratual do objeto, tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no CONTRATO, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, aplicando-se no caso concreto uma das formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, especialmente a denúncia da lide (art. 70 – CPC), se for o caso.

c. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo previsto para execução do objeto contratual será 36 **(trinta e seis) meses**, podendo ser prorrogado conforme previsto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal.

As funções decisórias estratégicas que envolvem a identificação e escolha dos empreendimentos a serem gerenciados, bem como a definição de um plano de metas para sua implantação, ficarão a cargo da SEINFRA.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

A execução dos **SERVIÇOS** será sempre precedida da emissão da **Ordem de Serviço (O.S.)** pela **CONTRATANTE**.

A **CONTRATADA** deverá dispor de todos os recursos humanos, físicos e infraestrutura necessária ao pleno cumprimento das suas obrigações, destacando-se, mas não se restringindo ou limitando: espaço físico para sediar o desenvolvimento das atividades e serviços; equipamentos e sistemas de comunicação; equipamentos e sistemas de informática; equipamentos ou sistemas de locomoção e deslocamento.

Nos casos em que o desenvolvimento do produto dependa de ação conjunta com diferentes profissionais ou setores de SEINFRA, os técnicos envolvidos nesta demanda poderão utilizar provisoriamente as instalações físicas da Secretaria, cabendo à **CONTRATADA** arcar com a infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos serviços descritos na **O.S.**, bem como softwares, licenças, equipamentos e todos os demais periféricos necessários.

Havendo necessidade, caberá a SEINFRA, disponibilizar acesso aos documentos e/ou sistemas eletrônicos de informação para desenvolvimento dos serviços descritos na **O.S.**

Nos casos previstos nos itens 16.3.3 e 16.3.4 as referidas necessidades deverão constar nas **O.S.** dos serviços.

Para o desenvolvimento das atividades previstas e elaboração dos produtos necessários para atendimento às exigências contempladas no escopo dos serviços, a **CONTRATADA** deverá dispor de uma ampla equipe técnica de profissionais multidisciplinar, devidamente qualificada e capacitada, em diversas áreas de formação.

A **CONTRATADA** será a única responsável por todos os profissionais por ela contratado.

13. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

avencadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A **CONTRATANTE** poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a **CONTRATANTE** poderá convocar o representante da **CONTRATADA** para reunião inicial e apresentação do **Plano de Trabalho (PT)**, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Considerando a multidisciplinaridade e transdisciplinaridade de temas em que a SEINFRA possui responsabilidade principal ou assessoria junto aos demais órgãos da Administração, poderá, a seu critério, ocorrer a emissão de **Ordem de Serviço** para fim específico em que o fiscal substituto será da pasta titular pelos serviços, devendo este prestar o apoio técnico-administrativo na gestão e fiscalização de tais serviços.

O instrumento contratual será executado sob acompanhamento e fiscalização de servidor(es) designado(s), que, entre outras atividades, se incumbirá de receber e atestar as faturas, observar o fiel cumprimento do Contrato, bem como anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à apuração das faltas ou defeitos observados.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

contrato, ou pelos respectivos substitutos de acordo com a divisão dos trabalhos internos da secretaria, consoante o art. 177 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Caberá a fiscalização do contrato a avaliação e validação de planilha orçamentária e relatórios elaborados pela **CONTRATADA**.

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, conforme disposto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2021; As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização e/ou apoio a fiscalização e supervisão ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à **GESTÃO DO CONTRATO**;

A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto;

Serão impugnados pela fiscalização todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais ou às regras de uma adequada manutenção.

A **CONTRATADA** deverá refazer os trabalhos impugnados, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

Os serviços excepcionais deverão ser submetidos à prévia aprovação da fiscalização.

Qualquer divergência observada, que possa trazer dúvidas ou embaraços ao desenvolvimento do serviço, deverá ser esclarecida com a fiscalização.

Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à **CONTRATADA** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados;

O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos.

14. DOS REQUISITOS DA CONTRATADA

Fica ressalvada a possibilidade da alteração de condições previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis.

Os serviços contratados serão executados de acordo com este TERMO DE REFERÊNCIA (TR), com documentos neles referidos, bem como detalhes e as especificações complementares dos anexos que o compor.

Para a perfeita e plena execução dos serviços, a **CONTRATADA** se obriga sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda a assistência técnica e administrativa necessária para garantir o andamento conveniente aos trabalhos.

A **CONTRATADA** deverá realizar os serviços de campo e demais levantamentos adicionais para atendimento à plena execução do objeto do contrato, sem qualquer ônus acessório a **CONTRATANTE**.

No desenvolvimento dos trabalhos e das soluções adotadas deverão sempre e, em todos os casos, serem considerados os aspectos ambientais conforme determina a legislação vigente, além das instruções específicas a serem fornecidas pela SEINFRA.

Toda e qualquer necessidade de retrabalho oriundo do descumprimento, pela **CONTRATADA**, das exigências de Legislação, Normas, Diretrizes, Especificações Técnicas, será de inteira responsabilidade dela, a qualquer tempo, mesmo após o recebimento do produto pela **CONTRATANTE**.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

CONTRATADA, serão de primeira qualidade e todos os serviços executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda, satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras.

Em hipótese alguma, poderá a **CONTRATADA** alegar desconhecimento das cláusulas e condições deste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), bem como das exigências expressas nos projetos e normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Todos os recursos humanos, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), salvo o disposto em contrário, serão fornecidos pela **CONTRATADA**.

Serão impugnados pelo **Gestor/Fiscal** do contrato todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais. Ficará a **CONTRATADA** obrigada a refazer os trabalhos impugnados logo após o recebimento da ordem de serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências. Iniciados os serviços, a **CONTRATADA** deve conduzi-las contínua e regularmente, dentro do cronograma estabelecido.

A **CONTRATADA** deve se responsabilizar pelo estudo de todos os documentos e outros elementos fornecidos pela SEINFRA para a execução do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos.

A **CONTRATADA** deverá participar de todas as reuniões que se façam necessárias, sempre que for solicitada sua participação pela **CONTRATANTE**. Todas as reuniões deverão ser acompanhadas pelo coordenador geral e/ou preposto indicado e pelo especialista de cada área, sempre que necessário.

Todos os trabalhos a serem desenvolvidos deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e normas dos demais órgãos reguladores competentes, conforme cada caso.

Também deverão ser seguidas as especificações técnicas particulares da SEINFRA ou outros agentes/órgãos externos, que serão entregues para a **CONTRATADA**, de conhecimento quando da emissão da ordem de serviço para início dos serviços.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

15. DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do **CONTRATANTE** ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

16. DAS REUNIÕES PERIÓDICAS

A **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, manterão durante o desenvolvimento dos trabalhos, a necessária comunicação para facilitar o acompanhamento e o cumprimento do contrato, reuniões periódicas tantas quantas, sempre e quando necessárias.

A **CONTRATANTE** convocará, para esse fim, por sua iniciativa ou da **CONTRATADA**, quantas reuniões considerarem convenientes, independentemente de limitações. Nessa etapa deverão ser definidas as diretrizes para o prosseguimento dos trabalhos onde se apresentarão as demandas necessárias para execução dos serviços contratados.

17. DO SIGILO E RESTRIÇÕES

A **CONTRATADA** deverá zelar e manter sigilo sobre todos os dados, informações e/ou artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento e acesso durante a execução dos trabalhos, não podendo sob qualquer pretexto os divulgar, reproduzi-los ou utilizá-los, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**, sob pena de responsabilidades administrativas, civil ou criminal.

A **CONTRATADA** fica obrigada a obedecer às políticas e normas de Segurança de Informação e de Dados adotadas pela SEINFRA, durante toda a vigência contratual, bem como obedecer a quaisquer marcos legais de segurança vigentes ou posteriormente adotados.

Os dados, informações e documentos gerados pela **CONTRATADA** durante a vigência contratual, são de propriedade exclusiva da SEINFRA, e deverão ser prontamente e integralmente disponibilizados à SEINFRA quando solicitado por esta, ou em caso de ruptura ou término do contrato.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

18. DA EXECUÇÃO DO OBJETO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Iniciada a execução dos trabalhos, objeto da contratação, a fiscalização será feita pela pasta titular pelos serviços que nomeará seu(s) fiscal(is) para acompanhamento dos trabalhos a serem executados, a quem caberá, no âmbito do contrato, tomar todas as decisões finais relativas à aprovação dos serviços executados, concessão de prazos adicionais, aprovação final de medições e encaminhamento para pagamento de acordo com a administração setorial estabelecida para este fim.

As medições serão efetuadas mensalmente, com base em serviços efetivamente entregues, desde que aceitos e aprovados pela Fiscalização.

Todos os relatórios de medição de serviços devem ser apresentados pela **CONTRATADA** até o dia 30 (trinta) do mês do período de medição.

Para o caso de serviços extracontratuais, a sua necessidade deverá ser previamente aceita pela fiscalização, e para os preços serão adotados os mesmos critérios utilizados para a execução da planilha orçamentária.

O pagamento à **CONTRATADA** será realizado por preço unitário, condicionado à entrega e aceite do produto pela **CONTRATANTE**.

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, de titularidade da **CONTRATADA**, no prazo de até **30 (trinta) dias** após apresentação da Nota Fiscal (NF), devidamente atestada pela Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, designada ao **FISCAL DE CONTRATO**, conforme disposições contidas nos arts. 62 e 63, da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar Nota Fiscal (NF), emitida em nome da **CONTRATANTE**, na titularidade do CNPJ/MF vinculado à Secretaria, Fundo e/ou Órgão competente (deverá ser o mesmo indicado na nota de empenho), de acordo com a parcela de execução do objeto, contendo de forma clara e legível, no mínimo: número do

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, descrição do objeto, quantitativos e os respectivos valores, unitário e total. A Nota Fiscal (NF) deverá estar acompanhada, das seguintes certidões e prova de regularidade, para com a(s) ou o(s):

- i. Fazenda Federal e a Seguridade Social (INSS) – certidão conjunta;
- ii. Fazenda Estadual; (na forma da Lei, conforme o caso)
- iii. Fazenda Municipal; (na forma da Lei, conforme o caso)
- iv. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- v. Justiça do Trabalho (CNDT).

O pagamento somente será efetuado após:

O “atesto” formal pelo servidor competente, da Nota Fiscal (NF) apresentada pela CONTRATADA. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal (NF) apresentada e o regular cumprimento das obrigações assumidas;

Verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento;

Nos preços propostos presumem-se inclusos todos os tributos e/ou encargos sociais resultantes da contratação;

Havendo erro na emissão da Nota Fiscal (NF), esta será devolvida para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, caso em que o prazo para fins de pagamento passará a ser contado da data de sua reapresentação.

Antes de qualquer pagamento à CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá realizar consulta aos sítios oficiais de internet, para verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, condição que implicará diretamente quanto à efetivação da liquidação da despesa.

Para efeito de pagamento, será observado o disposto na legislação vigente aplicável, quanto às retenções tributárias, recolhimento e/ou fiscalização dos respectivos encargos e obrigações instituídas por Lei, em especial, relativos ao ISSQN, INSS e FGTS, conforme

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

regime da CONTRATADA.

Sempre que for o caso, serão exigidas **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**, em atendimento ao Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com alterações posteriores, regulamentado pelo CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA – CONFAZ, que estabelece sua obrigatoriedade para pagamentos a partir de 1º de abril de 2011.

À **CONTRATANTE**, fica reservado o direito de retenção, ao(s) pagamento(s) de qualquer parcela que, durante a execução do contrato, qualquer que seja a natureza do objeto, não for proporcionado de maneira satisfatória todas as exigências avençadas, ou mesmo, por incorreções formais na apresentação da Nota Fiscal (NF) ou documentação complementar, até que se providencie as medidas saneadoras por parte da **CONTRATADA**.

Havendo erros e/ou incorreções na apresentação da Nota Fiscal (NF), ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à **CONTRATADA**, para as correções necessárias, não respondendo a **CONTRATANTE**, por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação do respectivo pagamento. Nesta hipótese, o prazo para pagamento, iniciar-se-á, após a comprovação da regularidade por parte da **CONTRATADA**, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Constatando-se qualquer irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua advertência, para que no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação, ou ainda, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo ser prorrogado em uma única vez, por igual período, a critério da **CONTRATANTE**, a qual deverá adotar as medidas necessárias, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma da Lei.

Havendo a efetiva execução, relativa ao objeto do contrato, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, caso a **CONTRATADA**, em inadimplência, não regularize sua situação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 15, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para adimplemento das obrigações, a título de qualquer esclarecimento que se faça necessário, será considerada a data do dia que constar como emitida a autorização de pagamento (ordem bancária) expedida pela **CONTRATANTE**, entendendo-se por atraso, o

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

período que exceder o interregno previsto das condições de pagamento, excluindo-se neste caso, os prazos legais para processamento de transações financeiras empregues pelo SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO (SPB).

A **CONTRATANTE** não se responsabilizará, em hipótese alguma, por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **CONTRATADA**, que porventura não tenha sido objeto de contrato, ou ainda, que por qualquer outro motivo, não esteja estabelecido sob as condições contratuais.

As despesas com deslocamento e traslado para a realização dos serviços, objeto da presente contratação, inclusive de seu pessoal ou de seus representantes, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

20. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente contrato terá prazo de duração de 36 (**trinta e seis**) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial, abrangendo-se o prazo de execução dos serviços, objeto da presente contratação, assim como, o prazo para o início dos trabalhos por parte da **CONTRATADA**. (*art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021*)

21. DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

Por interesse da **CONTRATANTE**, eventuais alterações contratuais poderão ser formalizadas e reger-se-ão pela disciplina do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato (*art. 125, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021*).

Em caso de eventual reajuste de preços, deverá ser observado o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, precedidos de solicitação da **CONTRATADA**, desde que, não haja culpa ou ensejo, acompanhados obrigatoriamente de memória de cálculo, conforme a variação de custos, objeto do reajuste, assim como, demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, sujeitando-se à aceitação pela **CONTRATANTE**, tomando-se como “**marco inicial**” a **data de assinatura do instrumento de contrato**, justificada a preservação do interesse público, considerando sua natureza continuada.

Serão adotados para o cálculo do reajustamento contratual, os índices de mercado

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

publicados e/ou praticados à data de sua efetivação, pelo **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA**, divulgado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), ou ainda, na ausência deste, outro que porventura venha a ser instituído e/ou substituí-lo, na forma da Lei. É nulo qualquer expediente que, na apuração do índice de reajuste em sentido estrito, produza efeitos financeiros equivalentes à periodicidade inferior à anual.

Considerando o escopo do presente objeto se tratar de serviços executados de forma continuada (sem subordinação de mão de obra), o montante referente aos custos de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, não implicará, em hipótese alguma, reajustamento de percentuais fixados em normas coletivas de trabalho, qualquer que seja a categoria envolvida.

Caso o referido pedido de reajuste tenha sido formalizado pela **CONTRATADA** em data posterior à assinatura do “Termo Aditivo” de prorrogação de prazo/renovação, configurar-se-á preclusão lógica e, portanto, não será devido pela **CONTRATANTE** o pagamento do reajuste contratual daquele período.

Em se tratando de pedido de reajuste formalizado tempestivamente pela **CONTRATADA**, nos termos do parágrafo anterior, mas não processado pela **CONTRATANTE** em tempo hábil ou não-implantado até a data de formalização do aditamento, deve ser indicado de forma expressa no “Termo Aditivo” a ressalva quanto aos requerimentos formulados anteriormente. Em caso de inobservância desta disposição, a **CONTRATANTE** considerará ter havido desistência de pedidos porventura formulados antes daquela data, sendo, portanto, incabível o reajuste de preços no período aquisitivo em referência.

Qualquer alteração que implique o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato, somente se efetivará após análise técnica e jurídica da **CONTRATANTE**, não perfazendo em hipótese alguma, retroatividade à data de sua solicitação, salvo por critérios devidamente justificados, conforme requerimento da **CONTRATADA**, o qual deverá ser recebido no protocolo da Secretaria e/ou Órgão requisitante competente (SEINTRA), qualificado e recorrido pelo **GESTOR e FISCAL(IS) DE CONTRATO**.

22. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A entrega da proposta implica na aceitação integral e irretratável das condições

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

técnicas e dos termos do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

A **CONTRATADA** é responsável e obrigada a possuir estrutura administrativa e financeira para honrar os custos operacionais necessários à produção/execução de todos os serviços previstos neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), objeto desta contratação, incluindo a estrutura física, o corpo técnico, as equipes e instalações de apoio, os equipamentos, o pagamento dos impostos e obrigações trabalhistas de seus colaboradores, os insumos, as taxas e emolumentos necessários.

A **CONTRATADA** também é obrigada a entregar os produtos, objetos do presente TERMO DE REFERÊNCIA (TR), nos prazos previstos, sob a pena de sanções contratuais e demais responsabilizações previstas na legislação em vigor.

A interlocução oficial de questões técnicas de projeto, entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, será feita pelo coordenador geral ou preposto indicado pela empresa contratada.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em partes, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados.

Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte dos serviços contratados, Certidões de Acervo Técnico (CAT) e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) apresentadas em processo licitatório.

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos, sob pena de multa estabelecida no contrato.

Possibilitar a fiscalização da **CONTRATANTE**, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas. A atuação da fiscalização da **CONTRATANTE**, não exime a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços contratados e executados.

Empregar boa técnica na execução dos serviços de acordo com o previsto neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da **CONTRATANTE**, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços, objeto da presente contratação.

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços contratados, nos termos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos e cumprir firmemente com o roteiro e cronograma de atividades estipuladas pela **CONTRATANTE**.

Manter estrutura compatível e pessoal qualificado em número suficiente para atendimento das necessidades da **CONTRATANTE**.

Cumprir todas as disposições legais pertinentes à segurança do trabalho às quais estão sujeitos contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Atender a todas as solicitações feitas pela **CONTRATANTE**, para o fornecimento de informações e dados sobre os serviços.

Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: traslados, alojamentos, salários, seguros, taxas, impostos, encargos trabalhistas e previdenciários, obrigações sociais, contribuições, indenizações, vales-refeições e vales-alimentações, vales-transportes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletivos (EPC's), bem como, quaisquer outras que porventura venham a existir.

Comunicar a **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade ocorrida e/ou observada na execução dos serviços, objeto da presente contratação.

Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação.

É vedado a **CONTRATADA**, ceder, transferir ou subcontratar, mesmo que parcialmente, quaisquer atividades deste contrato, sem a prévia anuência da **CONTRATANTE**.

Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta contratação, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.

Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da **CONTRATANTE**, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto do contrato.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

Deter conhecimento dos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, a ser disseminado a todos os responsáveis técnicos e diretores/gerentes, com vistas à aplicabilidade em projetos elaborados para serem executados ou implantados em futura contratação.

Arcar com todos os gastos referentes à realização das atividades previstas no contrato, tais como deslocamentos, ART/RRT (Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010), cópias, treinamentos, custos administrativos e tecnológicos.

Comunicar por escrito a **CONTRATANTE**, a existência de impedimento de ordem técnica, econômica, ética ou legal em serviço que lhe tenha sido encaminhado, devolvendo-o imediatamente e fundamentando a inviabilidade.

Prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza, independente da esfera administrativa, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.

A **CONTRATADA** deverá manter um preposto aceito pela Administração, com o objetivo de representá-lo na execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além do disposto acima, serão também responsabilidades da contratada:

Fornecer para a **CONTRATANTE** os serviços de gerenciamento de forma a centralizar, consolidar e gerir todas as informações relativas aos projetos em execução, em especial o acompanhamento e controle dos cronogramas físicos e financeiros frente aos resultados/entregas pactuadas.

Providenciar relatórios mensais sobre o desempenho das obras em andamento para fornecer informações atualizadas aos Gestores, Fiscais e Administração da SEINTRA (Diretores e/ou Secretário).

Designar profissionais qualificados para atuarem como Coordenador Geral e Gerente de Projetos, atentando para a especialidade necessária ao escopo da obra a ser executada, com designação subordinada à SEINFRA.

Os profissionais da **CONTRATADA** deverão interagir com as equipes da SEINFRA e das terceirizadas durante todas as fases de implantação da(s) solução(es) – programas, empreendimentos e/ou serviços.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

Cumprir e fazer cumprir todas as normas e políticas de segurança de informação da SEINFRA, mantendo absoluto sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso durante a execução dos trabalhos. Nenhuma informação ou dados poderá ser publicado ou disponibilizado sem autorização formal do representante legal da SEINFRA.

Assegurar que os profissionais alocados cumpram todos as exigências especificadas neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR).

Apresentar paralelamente junto com a fatura mensal relatório de atividades realizadas para cada uma das obras, empreendimentos e/ou serviços públicos sob gerenciamento e coordenação, com uma visão macro e detalhamento do faturamento de cada **Ordem de Serviço (O.S.)** em execução.

23. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.

Prestar à **CONTRATADA**, toda e qualquer informação por ela solicitada, necessárias à perfeita execução do objeto.

Indicar os servidores responsáveis pela fiscalização da execução do contrato.

Assegurar à **CONTRATADA** o acesso, em condições satisfatórias, às áreas necessárias ao cumprimento do objeto da contratação.

Remeter de imediato advertências à **CONTRATADA**, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

Exercer a fiscalização ou o acompanhamento dos trabalhos de execução, por intermédio de servidor técnico designado, com autoridade para exercer em nome da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação de orientação, controle e fiscalização, considerando a natureza do objeto contratado.

Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados.

Atestar as Notas Fiscais (NF) apresentadas pela **CONTRATADA**, relativa à parcela do objeto contratado, conforme ajuste representado pelo empenho contábil e/ou instrumento congênere.

Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, nos prazos avençados, após a efetiva

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

comprovação da despesa e cumpridos todos os ditames administrativos referente à sua liquidação.

Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado pela **CONTRATADA**, desde que atendidas as obrigações contratuais.

Fiscalizar periodicamente, por amostragem, o cumprimento adequado das obrigações instituídas por Lei – sociais, trabalhistas e previdenciárias, em especial, para com o INSS e FGTS, em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução dos serviços, objeto do presente contrato, quando for o caso.

- i. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado (DSR ou RSR), décimo terceiro salário e/ou demais verbas de natureza salarial;
- ii. a concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- iii. ao recolhimento dos encargos e das contribuições incidentes (INSS e FGTS), a fim de verificar qualquer irregularidade, quando for o caso;
- iv. ao pagamento e a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias, dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

Notificar à **CONTRATADA**, da aplicação de penalidades e/ou sanções, aplicando-as pela inexecução total ou parcial do ajuste, com observância da legislação em vigor. (*art. 104, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021*).

Além do disposto acima, serão também responsabilidades da contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada.

Prestar à **CONTRATADA**, toda e qualquer informação por ela solicitada, necessárias à perfeita execução do objeto.

Indicar os servidores responsáveis pela fiscalização da execução do contrato.

Assegurar à **CONTRATADA** o acesso, em condições satisfatórias, às áreas necessárias ao cumprimento do objeto da contratação.

Remeter de imediato advertências à **CONTRATADA**, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

Exercer a fiscalização ou o acompanhamento dos trabalhos de execução, por intermédio de servidor técnico designado, com autoridade para exercer em nome da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação de orientação, controle e fiscalização, considerando a natureza do objeto contratado.

Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados.

Atestar as Notas Fiscais (NF) apresentadas pela **CONTRATADA**, relativa à parcela do objeto contratado, conforme ajuste representado pelo empenho contábil e/ou instrumento congênere.

Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, nos prazos avençados, após a efetiva comprovação da despesa e cumpridos todos os ditames administrativos referente à sua liquidação.

Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado pela **CONTRATADA**, desde que atendidas as obrigações contratuais.

Fiscalizar periodicamente, por amostragem, o cumprimento adequado das obrigações instituídas por Lei – sociais, trabalhistas e previdenciárias, em especial, para com o INSS e FGTS, em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução dos serviços, objeto do presente contrato, quando for o caso.

- v. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado (DSR ou RSR), décimo terceiro salário e/ou demais verbas de natureza salarial;
- vi. a concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio- saúde, quando for devido;
- vii. ao recolhimento dos encargos e das contribuições incidentes (INSS e FGTS), a fim de verificar qualquer irregularidade, quando for o caso;
- viii. ao pagamento e a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias, dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

Notificar à **CONTRATADA**, da aplicação de penalidades e/ou sanções, aplicando-as

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

pela inexecução total ou parcial do ajuste, com observância da legislação em vigor. (art. 104, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Envolver as partes interessadas, acompanhar e monitorar as atividades de gerenciamento de projeto, analisar e aprovar mudanças no projeto.

Garantir que a equipe da SEINFRA esteja disponível para a realização das atividades de implantação, execução, acompanhamento e encerramento do projeto.

Comunicar ao Gerente de Projetos da **CONTRATADA** sob eventuais ocorrências de problemas, visando implantação de medidas corretivas.

Autorizar o acesso dos profissionais alocados pela **CONTRATADA** nas dependências e locais onde ocorrem os empreendimentos e/ou serviços públicos, sob responsabilidade da SEINFRA ou por ela demandado.

Designar Gestor e Fiscal de Contrato para realizarem o acompanhamento e a fiscalização da frequência dos consultores, das atividades realizadas e das entregas, objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), bem como providenciar comunicações formais de advertências e penalidades, quando pertinentes.

Facilitar o acesso dos profissionais da **CONTRATADA** nas dependências da SEINFRA, ou quaisquer outros próprios e equipamentos públicos municipais, e também às informações e dados relevantes para o gerenciamento das obras, bem como garantir que as terceirizadas se reportem a **CONTRATADA** de forma adequada, garantindo a execução dos procedimentos propostos e a fluidez dos trabalhos.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

É extremamente **vedada a subcontratação da totalidade** ou **sub-rogação dos serviços** necessários ao perfeito atendimento do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos. A subcontratação parcial do objeto é permitida, até o limite admitido de **30% (trinta por cento)** do valor do contrato, sem ônus adicional à Administração e desde que devidamente aprovada e ratificada pela **CONTRATANTE**.

A **CONTRATADA** poderá subcontratar os serviços, parcialmente, dado por escrito, limitados aos serviços acessórios tais como locação de veículos, máquinas e equipamentos, serviços gráficos etc., continuando, entretanto, a responder, direta e exclusivamente, pela fiel

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

observância das obrigações contratuais do objeto.

A subcontratação depende de autorização prévia da **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se a **SUBCONTRATADA** cumpre os requisitos de “qualificação técnica” (quando da licitação), necessários para a execução do objeto, assim como, as demais regras para subcontratação previstas neste instrumento.

Ratificada a hipótese de subcontratação de parte dos serviços, objeto do presente ajuste, a **CONTRATADA** responderá solidariamente com a **SUBCONTRATADA**, quer seja, em relação a **CONTRATANTE**, como também, perante a terceiros, diante das obrigações assumidas, inclusive pela qualidade e integridade do objeto.

Nas hipóteses de subcontratação parcial do contrato, aprovada e ratificada pela **CONTRATANTE**, esta deverá ocorrer obrigatoriamente nas condições de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), salvo condições que a legislação em vigor não permita ou não contemple. *(art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006)*

Em caso de subcontratação de parte dos serviços, objeto do presente ajuste, não será estabelecido qualquer vínculo entre a Administração e a **SUBCONTRATADA**, permanecendo a **CONTRATADA** responsável pelo integral cumprimento legal e contratual, diante das obrigações assumidas, a qual responderá solidariamente, quer seja em relação a **CONTRATANTE**, como também, perante a terceiros, inclusive pela qualidade e integridade do objeto.

A **CONTRATADA** deverá substituir a **SUBCONTRATADA** que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços, quando o caso.

A **CONTRATADA** deverá supervisionar e coordenar os trabalhos da **SUBCONTRATADA**, assumindo total responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços, quando o caso.

Na ocorrência de subcontratação, a **CONTRATADA** poderá autorizar a **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa, a creditar diretamente para a **SUBCONTRATADA**, o pagamento pelos serviços por ela realizados e constantes das medições processadas no período considerado, ficando sob a responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, a emissão das Notas Fiscais (NF) correspondentes, bem como, o recolhimento de todos os tributos e/ou impostos, encargos e taxas, delas gerados.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

No caso de subcontratação, ainda que, de maneira parcial, permanecerá íntegra e inalterada a responsabilidade da **CONTRATADA**, pelo integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do objeto, como se diretamente os tivesse executado, não podendo opor e/ou transferir à **CONTRATANTE**, nenhuma exceção, restrição, alegação de descumprimento, total ou parcial, que tenha em relação ao subcontratado, ou que este tenha contra a **CONTRATADA**.

25. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A **GESTÃO DO CONTRATO** será feita e realizada por servidor técnico designado por atribuição indelegável da SEINFRA, o qual deverá ser nomeado em momento oportuno, por meio de portaria específica para este fim, publicada em imprensa oficial do Município de João Pessoa.

A fiscalização e o acompanhamento referente à execução do objeto, serão feitos e realizados pelo **FISCAL DE CONTRATO**, e na sua ausência pelo seu sucedâneo ou suplente, designados por ato da Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, juntado aos autos do processo por ocasião da fase, com autoridade para exercer em nome da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação de orientação, controle e supervisão, sob pena de responsabilidades administrativas, civil ou criminal.

O cumprimento das obrigações constantes no contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, decorrentes da execução do objeto, será acompanhada e fiscalizada em todos os seus termos, por representante qualificado, previamente designado através de portaria específica, e que representará(ão) a **CONTRATANTE**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a esta atribuição, tomando-se como base os arts. 117 da *Lei Federal nº 14.133/2021*).

O representante da **CONTRATANTE** anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**. (*art. 117, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021*).

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do **FISCAL DE CONTRATO**, deverão ser solicitadas e encaminhadas a autoridade superior competente, em tempo hábil,

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

para adoção das medidas convenientes. (art. 117, § 2º, da Lei Federal nº 14.133).

A atribuição de fiscalização caberá do controle quantitativo e qualitativo, como, também, o acompanhamento dos trabalhos resultantes para efetivação da fiel e perfeita execução do objeto.

Além da fiscalização ou o acompanhamento, o **FISCAL DE CONTRATO** poderá, ainda, sustar qualquer condição que esteja em desacordo, devendo notificar à **CONTRATADA**, sempre que essa medida se tornar necessária.

A fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, em nada restringe a responsabilidade integral, única e exclusiva da **CONTRATADA**, no cumprimento das obrigações decorrentes da execução do objeto, inclusive perante a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **FISCAL DE CONTRATO**, em decorrência de tal investidura. (art. 120, da Lei Federal nº 14.133/2021).

a. São obrigações supremas da fiscalização, o seguinte:

- i. Fornecer à **CONTRATADA**, as informações e a documentação técnica necessária e suficiente à execução do contrato, quando for o caso;
- ii. Notificar à **CONTRATADA**, por escrito e em tempo hábil, quaisquer instruções e/ou procedimentos a adotar sobre à execução do contrato;
- iii. Determinar à **CONTRATADA**, a emissão de relatórios e/ou elementos estatísticos, que se façam necessários ao planejamento físico-financeiro da **CONTRATANTE**;
- iv. Exigir da **CONTRATADA**, sempre que necessário, a providência de documentação comprobatória, com detalhamento das justificativas, demonstrativos, índices, memórias de cálculo ou planilhas, que justifiquem os eventuais termos aditivos e/ou supressões.

À **CONTRATANTE**, se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o presente contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente. (art. 140, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Quaisquer exigências do **FISCAL DE CONTRATO**, encarregado da fiscalização ou o acompanhamento, sem que disso decorra qualquer “ônus-extra”, devem ser atendidas, respondendo à **CONTRATADA**, por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade, observada na execução do contrato e/ou em decorrência deste.

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

Na hipótese de mudança e/ou alteração do **FISCAL DE CONTRATO**, caso ocorra, deverá ser imediatamente comunicada por escrito à **CONTRATADA**, indicando-se o seu respectivo substituto.

A **CONTRATANTE**, sobretudo, a qualquer tempo, caso necessário, constituirá COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO, composta de no mínimo 03 (três) membros que, além do **FISCAL DE CONTRATO**, representarão a **CONTRATANTE**, nas questões que envolvam a execução do objeto contratado.

O descumprimento, total ou parcial, das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA**, sobretudo, quanto ao cumprimento daquelas instituídas por Lei – sociais, trabalhistas e previdenciárias, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste ajuste e na legislação em vigor, podendo também culminar em rescisão contratual. (*arts. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021*).

Competirá à fiscalização o acompanhamento, controle e gerenciamento do contrato no que tange a todos os aspectos técnicos, devendo a **CONTRATADA** reportar-se ao mesmo para dirimir eventuais dúvidas de caráter técnico referente às demandas de trabalho, através de seu representante ou do responsável técnico da especialidade, quando solicitado.

A aceitação dos serviços técnicos apresentados pela **CONTRATADA**, será de atribuição exclusiva da fiscalização que se manifestará, quando necessário, através de **Relatórios Técnicos**, determinando as impugnações parciais ou totais da respectiva **Ordem de Serviços (OS)**. Apenas após sua total aceitação por parte da fiscalização, as **OS** poderão ser consideradas concluídas, e medidas para fins de faturamento dos serviços contratados.

Todas as tratativas, envolvendo objetos deste contrato, deverão ser devidamente científicas à fiscalização, por parte da **CONTRATADA**, que se obriga também a prestar todos os esclarecimentos solicitados pela mesma, dando também amplo conhecimento do andamento dos trabalhos, especialmente quando na esfera de aprovação junto a órgãos financiadores, convenientes e/ou concessionárias.

A **CONTRATANTE** poderá atuar como requisitante das informações que se fizeram necessárias junto a outros órgãos da Administração Pública Federal ou Estadual, para execução dos trabalhos demandados. Tal atribuição poderá, à critério da **CONTRATANTE**, ser delegada a própria **CONTRATADA**, sempre que necessário, através do fornecimento de “Carta de Credenciamento”, dando respaldo e autorizando a terceirizada a solicitar e

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos

responder sobre as informações que eventualmente se façam necessárias, sem qualquer prejuízo do avençado.

A **CONTRATADA** no ato da assinatura da **Ordem de Serviço (OS)**, deverá informar os responsáveis legalmente habilitados pelos serviços técnicos contratados.

26. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A **CONTRATADA** é responsável por cumprir todas as exigências e descrições colocadas, independente destas estarem subentendidas neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos.

Todos os materiais empregados e os serviços a executar deverão satisfazer as Normas Brasileiras vigentes, especificações e métodos propostos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os serviços técnicos de engenharia aa serem executados, de um modo geral deverão ser de qualidade e serão submetidos à fiscalização, e esta poderá exigir complementações, ajustes, revisões e atualizações a qualquer momento sem onerar a **CONTRATANTE**.

Será procedida a rescisão unilateral do contrato por parte do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do contrato, por parte da **CONTRATADA**, nos termos dos art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Da mesma forma será motivo de rescisão do contrato, as seguintes situações:

- i. incorporação, fusão ou cisão da **CONTRATADA** que venha a prejudicar a execução do contrato;
- ii. por procedimento irregular da **CONTRATADA** que venha causar transtornos ou prejuízos para o **CONTRATANTE** e/ou terceiros;
- iii. pela transferência ou cessão do objeto do contrato para terceiros;
- iv. ocorrer à falência ou liquidação da **CONTRATADA**.

M^a Nazaré Medeiros Lima Pires

Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Infraestrutura
Unidade Executora de Obras de Infraestrutura
Diretoria de Projetos e Orçamentos
Diretora de Projetos e Orçamentos

Isabel Cristina dos Santos Freitas

Unidade Executora de Obras de Infraestrutura

APROVO E AUTORIZO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA – DE APOIO NO GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ASSESSORIA TÉCNICA, NA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DE JOÃO PESSOA/PB.

Rubens Falcão da Silva Neto

Secretário Municipal de Infraestrutura

João Pessoa, 12 de janeiro de 2026.



ANEXO II
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11.001/2026
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO nº 11.xxx/2025

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA/SEINFRA, E A
EMPRESA XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº
XXXXXXXXXX**

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA, com sede na Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 – João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.326/0001-56, neste ato representada pelo Secretário de Infraestrutura, Sr. Rubens Falcão da Silva Neto, brasileiro, inscrita no CPF nº 338.529.604-87, portadora da Carteira de Identidade nº 683.975, SSP/PB, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Av. XXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro: XXXXXXXXX, cidade/Estado – CEP: xxxxxxxxxx, representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF nº _____ e portador da cédula de identidade RG nº _____ SESP/xx, no **Processo Administrativo nº 534/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 no artigo 92, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 11.001/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.2. O objeto do presente Termo trata-se da **contratação de empresa especializada, sob demanda, para prestação de serviços técnicos em engenharia consultiva – de apoio no gerenciamento, fiscalização de obras e assessoria técnica, na implementação e execução, empreendimentos e serviços públicos, no âmbito da secretaria da infraestrutura da cidade de João Pessoa**, conforme especificações contidas no **Edital da Concorrência Pública** identificada no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.3 Discriminação do objeto:

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada, sob demanda, para prestação de serviços técnicos em engenharia consultiva – de apoio no gerenciamento, fiscalização de obras e assessoria técnica, na implementação e execução, empreendimentos e serviços públicos, no âmbito da secretaria da infraestrutura da			



	cidade de João Pessoa.			

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.5. No preço final do serviço compreende todas as despesas referentes ao objeto contratado, bem como todas as demais despesas incidentes sobre o mesmo, tais como impostos, tarifas e taxas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES

2.1. O prazo de execução é de **36 (trinta e seis) meses** contados do(a) a partir da assinatura da ordem de serviço, conforme cronograma físico-financeiro, sugerido disposto no orçamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo contratual decorre de mais **06 (seis) meses** após conclusão do prazo de execução.

2.2. Após assinatura do contrato a Administração, por intermédio da SEINFRA, emitirá Ordem de Serviço, diretamente à CONTRATADA, em função da necessidade de mobilização pessoal, técnica, tecnológica e operacional, para início parcial ou total dos serviços que compõem o objeto da presente contratação.

2.3. O prazo para o início da mobilização da CONTRATADA, será de imediato e em até 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da OS, prorrogável por igual período, sob pena de multa estabelecida no contrato. Esse prazo poderá ser dilatado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância com a fiscalização do contrato.

2.4. A inobservância do prazo estipulado neste Contrato, ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

2.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

2.7. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

2.8. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL



3.1. O valor Global do presente contrato é de **R\$xxx (xxxxxxxxx)**, que corresponde ao fornecimento dos produtos relacionados na Cláusula Quarta, referentes ao lote xx da **Concorrência Pública nº 11.001/2026**

3.2. No preço já estão incluídos todas as despesas diretas e indiretas, impostos, encargos sociais e outras inerentes ao objeto contratado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS (art. 92, V)

4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

4.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o (O ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA) , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, vez que, nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

4.4.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Os recursos para cobrir as despesas decorrentes das aquisições futuras do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA Dotação Orçamentária FR Elemento de Despesa :

Classificação Funcional: 11000.11101.04.122.5001.112041 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
11000.11101.15.451.5099.111063 SISTEMA VIÁRIO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Natureza da despesa: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recursos: 1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos

6. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

6.1 Aplicam-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento dos termos da **Concorrência Pública nº. 11.001/2026 – Processo Administrativo nº 534/2026 – 1 DOC.**

6.2. Proposta do Licitante datada em xx de _____ de 2026.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

7.1. É extremamente vedada a subcontratação da totalidade ou sub-rogação dos serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA(TR) e seus anexos. A subcontratação parcial do objeto é permitida, até o limite admitido de **30% (trinta por cento)** do valor do contrato, sem ônus adicional à Administração e desde que devidamente aprovada e ratificada pela **CONTRATANTE**.

7.2. A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços, parcialmente, dado por escrito, limitados aos serviços acessórios tais como locação de veículos, máquinas e equipamentos, serviços gráficos etc., continuando, entretanto, a responder, direta e exclusivamente, pela fiel **observância das obrigações contratuais do objeto**.

7.3. Nas hipóteses de subcontratação parcial do contrato, aprovada e ratificada pela CONTRATANTE, esta deverá ocorrer obrigatoriamente nas condições de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), salvo condições que a legislação em vigor não permita ou não contemple. (art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006)

7.4. Em caso de subcontratação de parte dos serviços, objeto do presente ajuste, não será estabelecido qualquer vínculo entre a Administração e a SUBCONTRATADA, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento legal e contratual, diante das obrigações assumidas, a qual responderá solidariamente, quer seja em relação a CONTRATANTE, como também, perante a terceiros, inclusive pela qualidade e integridade do objeto.

7.5. A CONTRATADA deverá substituir a SUBCONTRATADA que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços, quando o caso. A CONTRATADA deverá supervisionar e coordenar os trabalhos da SUBCONTRATADA, assumindo total responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços, quando o caso.

7.6. Na ocorrência de subcontratação, a CONTRATADA poderá autorizar a CONTRATANTE,



mediante declaração expressa, a creditar diretamente para a SUBCONTRATADA, o pagamento pelos serviços por ela realizados e constantes das medições processadas no período considerado, ficando sob a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, a emissão das Notas Fiscais (NF) correspondentes, bem como, o recolhimento de todos os tributos e/ou impostos, encargos e taxas, delas gerados.

7.7. No caso de subcontratação, ainda que, de maneira parcial, permanecerá íntegra e inalterada a responsabilidade da CONTRATADA, pelo integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do objeto, como se diretamente os tivesse executado, não podendo opor e/ou transferir à CONTRATANTE, nenhuma exceção, restrição, alegação de descumprimento, total ou parcial, que tenha em relação ao subcontratado, ou que este tenha contra a CONTRATADA.

8 CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

8.1. **O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, de titularidade da CONTRATADA**, no prazo de até **30 (trinta) dias** após apresentação da Nota Fiscal (NF), devidamente atestada pela Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, designada ao **FISCAL DE CONTRATO**, conforme disposições contidas nos arts. 62 e 63, da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

8.1.1. Para pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal (NF), emitida em nome da CONTRATANTE, na titularidade do CNPJ/MF vinculado à Secretaria, Fundo e/ou Órgão competente (deverá ser o mesmo indicado na nota de empenho), de acordo com a parcela de execução do objeto, contendo de forma clara e legível, no mínimo: número do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, descrição do objeto, quantitativos e os respectivos valores, unitário e total. A Nota Fiscal (NF) deverá estar acompanhada, das seguintes certidões e prova de regularidade, para com a(s) ou o(s):

- i. Fazenda Federal e a Seguridade Social (INSS) – certidão conjunta;
- ii. Fazenda Estadual; (na forma da Lei, conforme o caso)
- iii. Fazenda Municipal; (na forma da Lei, conforme o caso)
- iv. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- v. Justiça do Trabalho (CNDT).

8.2. O pagamento somente será efetuado após:

8.2.1. O “atesto” formal pelo servidor competente, da Nota Fiscal (NF) apresentada pela CONTRATADA. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal (NF) apresentada e o regular cumprimento das obrigações assumidas;

8.2.2. Verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as

certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento;

8.2.3. Nos preços propostos presumem-se inclusos todos os tributos e/ou encargos sociais resultantes da contratação;

8.2.4. Havendo erro na emissão da Nota Fiscal (NF), esta será devolvida para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, caso em que o prazo para fins de pagamento passará a ser contado da data de sua reapresentação.

8.3. Para efeito de pagamento, será observado o disposto na legislação vigente aplicável, quanto às retenções tributárias, recolhimento e/ou fiscalização dos respectivos encargos e



obrigações instituídas por Lei, em especial, relativos ao ISSQN, INSS e FGTS, conforme regime da CONTRATADA.

8.4. Sempre que for o caso, serão exigidas **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**, em atendimento ao Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com alterações posteriores, regulamentado pelo CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA – CONFAZ, que estabelece sua obrigatoriedade para pagamentos a partir de 1º de abril de 2011.

8.5. O pagamento de qualquer medição somente será efetuado mediante a apresentação da Guia de Recolhimento Prévio, das Contribuições Previdenciárias, incidentes sobre a remuneração dos segurados incluídas em Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos serviços executados, quando da quitação da referida Nota Fiscal ou Fatura, na forma prevista na Lei 8.212/91, alterada pela Lei 9.032 de 28.04.95, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, bem como as Certidões Negativas de Débitos com a **RECEITA FEDERAL**, com a **RECEITA ESTADUAL** e com a **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**.

8.6. No caso de a execução não estar de acordo com as Especificações Técnicas e demais exigências fixadas neste Contrato, a CONTRATANTE fica, desde já, autorizada a reter o pagamento em sua integralidade, até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas, aplicando-se à CONTRATADA a multa prevista na Cláusula 14.

8.7 Deverá ser mantido o programa de desembolso geral da obra, conforme cronograma específico apresentado pelo CONSTRUTOR quando do processo de Licitação que deu origem ao presente CONTRATO.

8.8. Se, com aprovação prévia da SEINFRA/PMJP, o cronograma de construção for modificado, a previsão de desembolso do CONSTRUTOR será revisada.

8.9. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.9.1 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.10 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou CRF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. Art. 68 da Lei nº14.133/2021.

8.10.1 Constatando-se, junto ao SICAF ou CRF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão da União.

8.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.12 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.13 Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF ou CRF.



8.14 Constatando-se, junto ao SICAF ou CRF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou CRF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão da União.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.17.1 Persistindo a irregularidade, como medida de cautela, a Administração poderá suspender a execução do contrato e determinar a limitação de empenho, conforme art. 45 da Lei Federal nº 9.784/99.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF ou CRF.

8.18.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF ou CRF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.19.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Sendo: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim
apurado: 6 100 365 Sendo: I = 0,00016438 TX= Percentual da taxa anual = 6%

8.21. Para adimplemento das obrigações, a título de qualquer esclarecimento que se faça necessário, será considerada a data do dia que constar como emitida a autorização de pagamento (ordem bancária) expedida pela **CONTRATANTE**, entendendo-se por atraso, o período que exceder o interregno previsto das condições de pagamento, excluindo-se neste caso, os prazos legais para processamento de transações financeiras empregues pelo SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO (SPB).

8.22. **CONTRATANTE** não se responsabilizará, em hipótese alguma, por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **CONTRATADA**, que porventura não tenha sido objeto de contrato, ou ainda, que por qualquer outro motivo, não esteja estabelecido sob as condições contratuais.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Em hipótese alguma, o desconhecimento das condições operacionais poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular dos serviços a serem prestados;

9.2. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com o cumprimento do objeto, tais como transportes, frete, carga e descarga, etc;

9.3. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem às dependências, móveis, utensílios ou equipamentos da **CONTRATANTE**, ou a terceiros, ficando desta forma autorizado o desconto do valor correspondendo dos pagamentos devidos ao **CONTRATADO**;

9.4. Utilizar mão de obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente à perfeita prestação dos serviços;

9.5. Responder, quando aplicável, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste objeto, nos termos da Lei.

9.6. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pela **CONTRATANTE**;

9.7. A responsabilidade da **CONTRATADA** é integral para com a obra nos termos do Código Civil Brasileiro. A presença da FISCALIZAÇÃO na obra não diminui a responsabilidade da **CONTRATADA**;

9.8. A **CONTRATADA** será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas;

9.9. A **CONTRATADA** deverá alocar todo o pessoal necessário e capacitado para execução da obra, ficando sob sua exclusiva responsabilidade a observância da Legislação Trabalhista, Previdenciária e Civil, para o seu pessoal, bem como a adoção de medidas de segurança no canteiro e eventuais acidentes ocorridos na obra;

9.10. A **CONTRATADA** deverá obedecer aos dispostos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho quanto ao fornecimento de uniformes e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e as recomendações da OMS e Ministério da Saúde.

9.11. Durante a execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá:

- i. Providenciar junto ao CREA ou CAU (entrada e recolhimento) os respectivos documentos de responsabilidade técnica referentes à execução e à FISCALIZAÇÃO, objetos do contrato e serviços pertinentes, nos termos da Lei;
- ii. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objetos do contrato;
- iii. Sempre deverão ser observadas as últimas versões/edições das normas exigidas pelos órgãos de fiscalização/normatização.
- iv. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços;
- v. Providenciar a matrícula do Cadastro Nacional de Obras (CNO), junto a Receita Federal;
- vi. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e conforme a lei vigente.
- vii. Efetuar todas as despesas relativas à Execução de Obras perante os Órgãos Públicos Federais, Municipais e Estaduais competentes, aos Órgãos particulares fornecedores de Energia elétrica, Abastecimento de água e esgoto e de Telefonia, bem como as despesas relativas ao Habite-se do prédio (se houver);
- viii. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em partes, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados.
- ix. Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte dos serviços contratados, Certidões de Acervo Técnico (CAT) e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) apresentadas em processo licitatório.

9.12. A CONTRATADA se responsabilizará, às suas expensas, pelo fornecimento com transporte/frete posto obra, de todos os materiais/insumos que serão aplicados na execução dos serviços, independentemente do descritivo constante nas composições de custos dos serviços.

9.13. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

9.14. Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos, sob pena de multa estabelecida no contrato.

9.15 Da Garantia :

9.15.1. A garantia dos serviços executados serão de 12 (doze) meses. contratada responderá tecnicamente pelo projeto elaborado, sendo responsável por eventuais erros, omissões ou inconformidades técnicas que venham a causar prejuízos à Administração, nos termos da legislação vigente. A responsabilidade técnica se estende até a conclusão da obra, ou por até 5(cinco) anos, contados da aprovação final do projeto, se comprovada falha técnica atribuível à contratada, conforme previsto no Código Civil, art. 186 e 927, e nas normas do sistema CREA/CAU.

9.15.2. Será exigida do licitante vencedor **garantia contratual**, visando boa execução contratual, a apresentação de **garantia correspondente a 5% (cinco) por cento do valor do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº14.133/2021**, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

- a. A Lei 14.133/2021, em seu artigo 69, § 4º, autoriza a Administração a exigir que as



empresas apresentem capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a até 10% do valor estimado da contratação, em casos específicos.

b. A justificativa para essa exigência está relacionada à complexidade técnica do objeto.

9.16 Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR11682/2009, entre outras normativas.

9.17. A CONTRATADA é responsável e obrigada a possuir estrutura administrativa e financeira para honrar os custos operacionais necessários à produção/execução de todos os serviços previstos neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), objeto desta contratação, incluindo a estrutura física, o corpo técnico, as equipes e instalações de apoio, os equipamentos, o pagamento dos impostos e obrigações trabalhistas de seus colaboradores, os insumos, as taxas e emolumentos necessários.

9.18. A CONTRATADA também é obrigada a entregar os produtos, objetos do presente TERMO DE REFERÊNCIA (TR), nos prazos previstos, sob a pena de sanções contratuais e demais responsabilizações previstas na legislação em vigor.

9.19. A interlocução oficial de questões técnicas de projeto, entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, será feita pelo coordenador geral ou preposto indicado pela empresa contratada.

9.20 Possibilitar a fiscalização da CONTRATANTE, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas. A atuação da fiscalização da CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços contratados e executados.

9.21. Empregar boa técnica na execução dos serviços de acordo com o previsto neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos.

9.22. Empregar boa técnica na execução dos serviços de acordo com o previsto neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos.

9.23. Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da CONTRATANTE, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços, objeto da presente contratação.

9.24. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços contratados, nos termos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR) e seus anexos e cumprir firmemente com o roteiro e cronograma de atividades estipuladas pela CONTRATANTE.

9.25. Manter estrutura compatível e pessoal qualificado em número suficiente para atendimento das necessidades da CONTRATANTE.

9.26. Cumprir todas as disposições legais pertinentes à segurança do trabalho às quais estão sujeitos contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

9.27 Atender a todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, para o fornecimento de informações e dados sobre os serviços.

9.28. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: traslados, alojamentos, salários, seguros, taxas, impostos, encargos trabalhistas e previdenciários, obrigações sociais, contribuições, indenizações, vales-refeições e vales-alimentações, vales-transportes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletivos (EPC's), bem como, quaisquer outras que porventura venham a existir.



9.29. Comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida e/ou observada na execução dos serviços, objeto da presente contratação.

9.30. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

9.31. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação.

9.32. É vedado a CONTRATADA, ceder, transferir ou subcontratar, mesmo que parcialmente, quaisquer atividades deste contrato, sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

9.33. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta contratação, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

9.34. Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CONTRATANTE, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto do contrato.

9.35. Deter conhecimento dos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, a ser disseminado a todos os responsáveis técnicos e diretores/gerentes, com vistas à aplicabilidade em projetos elaborados para serem executados ou implantados em futura contratação.

9.36. Arcar com todos os gastos referentes à realização das atividades previstas no contrato, tais como deslocamentos, ART/RRT (Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010), cópias, treinamentos, custos administrativos e tecnológicos.

9.37. Comunicar por escrito a CONTRATANTE, a existência de impedimento de ordem técnica, econômica, ética ou legal em serviço que lhe tenha sido encaminhado, devolvendo-o imediatamente e fundamentando a inviabilidade.

9.38. Prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza, independente da esfera administrativa, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.

9.39. A CONTRATADA deverá manter um preposto aceito pela Administração, com o objetivo de representá-lo na execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.40. Além do disposto acima, serão também responsabilidades da contratada:

- a) Fornecer para a CONTRATANTE os serviços de gerenciamento de forma a centralizar, consolidar e gerir todas as informações relativas aos projetos em execução, em especial o acompanhamento e controle dos cronogramas físicos e financeiros frente aos resultados/entregas pactuadas.
- b) Providenciar relatórios mensais sobre o desempenho das obras em andamento para fornecer informações atualizadas aos Gestores, Fiscais e Administração da SEINTRA (Diretores e/ou Secretário).
- c) Designar profissionais qualificados para atuarem como Coordenador Geral e Gerente de Projetos, atentando para a especialidade necessária ao escopo da obra a ser executada, com designação subordinada à SEINFRA.
- d) Os profissionais da CONTRATADA deverão interagir com as equipes da SEINFRA e das terceirizadas durante todas as fases de implantação da(s) solução(es) – programas,



empreendimentos e/ou serviços.

e) Cumprir e fazer cumprir todas as normas e políticas de segurança de informação da SEINFRA, mantendo absoluto sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso durante a execução dos trabalhos. Nenhuma informação ou dados poderá ser publicado ou disponibilizado sem autorização formal do representante legal da SEINFRA.

f) Assegurar que os profissionais alocados cumpram todos as exigências especificadas neste TERMO DE REFERÊNCIA (TR).

g) Apresentar paralelamente junto com a fatura mensal relatório de atividades realizadas para cada uma das obras, empreendimentos e/ou serviços públicos sob gerenciamento e coordenação, com uma visão macro e detalhamento do faturamento de cada Ordem de Serviço (O.S.) em execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, cabendo ao responsável pela fiscalização do contratado, assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, verificar o andamento dos serviços contratados obedecendo rigorosamente aos projetos e às suas especificações. Serão impugnados todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais;

10.2. Anotar em registro próprio/diário de obras, informações acerca de falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas. E fixar prazo para as devidas correções;

10.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

10.4. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA na área destinada, para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário;

10.5. Executar as manobras de desligamento e religação do sistema para permitir a execução dos trabalhos com segurança;

10.6. Contatar diretamente a CONTRATADA na ocorrência de qualquer incidente que mereça correção

10.7. Efetuar os pagamentos das faturas emitidas pelo contratado com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no contrato;

10.8. Fornecer todos os esclarecimentos e informações que venham ser solicitados pela CONTRATADA;

10.9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

10.10. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

10.11. Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.12. A existência de fiscalização pelo CONTRATANTE de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer vício ou falha na prestação dos serviços;

10.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

- 10.14. Prestar à CONTRATADA, toda e qualquer informação por ela solicitada, necessárias à perfeita execução do objeto.
- 10.15. Indicar os servidores responsáveis pela fiscalização da execução do contrato.
- 10.16. Assegurar à CONTRATADA o acesso, em condições satisfatórias, às áreas necessárias ao cumprimento do objeto da contratação.
- 10.17. Remeter de imediato advertências à CONTRATADA, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.
- 10.18. Exercer a fiscalização ou o acompanhamento dos trabalhos de execução, por intermédio de servidor técnico designado, com autoridade para exercer em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação, controle e fiscalização, considerando a natureza do objeto contratado.
- 10.19. Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados.
- 10.20. Atestar as Notas Fiscais (NF) apresentadas pela CONTRATADA, relativa à parcela do objeto contratado, conforme ajuste representado pelo empenho contábil e/ou instrumento congênere.
- 10.21. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nos prazos avençados, após a efetiva comprovação da despesa e cumpridos todos os ditames administrativos referente à sua liquidação.
- 10.22. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado pela CONTRATADA, desde que atendidas as obrigações contratuais.
- 10.23. Fiscalizar periodicamente, por amostragem, o cumprimento adequado das obrigações instituídas por Lei – sociais, trabalhistas e previdenciárias, em especial, para com o INSS e FGTS, em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução dos serviços, objeto do presente contrato, quando for o caso.
- i. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado (DSR ou RSR), décimo terceiro salário e/ou demais verbas de natureza salarial;
 - ii. a concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - iii. ao recolhimento dos encargos e das contribuições incidentes (INSS e FGTS), a fim de verificar qualquer irregularidade, quando for o caso;
 - iv. ao pagamento e a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias, dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 10.24. Notificar à CONTRATADA, da aplicação de penalidades e/ou sanções, aplicando-as pela inexecução total ou parcial do ajuste, com observância da legislação em vigor. (*art. 104, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021*).
- 10.25. Além do disposto acima, serão também responsabilidades da contratante:
- 10.26. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada.
- 10.27. Prestar à CONTRATADA, toda e qualquer informação por ela solicitada, necessárias à perfeita execução do objeto.
- 10.28. Indicar os servidores responsáveis pela fiscalização da execução do contrato.
- 10.29. Assegurar à CONTRATADA o acesso, em condições satisfatórias, às áreas necessárias ao cumprimento do objeto da contratação.
- 10.30. Remeter de imediato advertências à CONTRATADA, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.
- 10.31. Envolver as partes interessadas, acompanhar e monitorar as atividades de gerenciamento de projeto, analisar e aprovar mudanças no projeto.
- 10.32. Garantir que a equipe da SEINFRA esteja disponível para a realização das atividades de implantação, execução, acompanhamento e encerramento do projeto.
- 10.33. Comunicar ao Gerente de Projetos da CONTRATADA sob eventuais ocorrências de problemas, visando implantação de medidas corretivas.
- 10.34. Autorizar o acesso dos profissionais alocados pela CONTRATADA nas dependências e locais onde ocorrem os empreendimentos e/ou serviços públicos, sob responsabilidade da SEINFRA ou por ela demandado.
- 10.35. Designar Gestor e Fiscal de Contrato para realizarem o acompanhamento e a fiscalização da



frequência dos consultores, das atividades realizadas e das entregas, objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA (TR), bem como providenciar comunicações formais de advertências e penalidades, quando pertinentes.

10.36. Facilitar o acesso dos profissionais da CONTRATADA nas dependências da SEINFRA, ou quaisquer outros próprios e equipamentos públicos municipais, e também às informações e dados relevantes para o gerenciamento das obras, bem como garantir que as terceirizadas se reportem a CONTRATADA de forma adequada, garantindo a execução dos procedimentos propostos e a fluidez dos trabalhos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATESTO DE NOTAS FISCAIS

11.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 17, 18, 19 e 20).

11.2 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, sendo realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 19), cabendo em especial:

11.2.1. prestar apoio técnico do contrato;

11.2.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.2.3. emitir notificações para a correções de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

11.2.4. informar ao gestor em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.2.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

11.2.6. fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, por ratificação.

11.2.7. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

11.2.8. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do artigo 18 da Lei ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024.

11.2.9. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do artigo 18 da Lei ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024

11.3 O **fiscal administrativo** do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da



contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 20).

11.4 O **gestor do contrato** coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 18).

11.5. A **GESTÃO DO CONTRATO** será feita e realizada por servidor técnico designado por atribuição indelegável da SEINFRA, o qual deverá ser nomeado em momento oportuno, por meio de portaria específica para este fim, publicada em imprensa oficial do Município de João Pessoa.

11.6. A fiscalização e o acompanhamento referente à execução do objeto, serão feitos e realizados pelo **FISCAL DE CONTRATO**, e na sua ausência pelo seu sucedâneo ou suplente, designados por ato da Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, juntado aos autos do processo por ocasião da fase, com autoridade para exercer em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação, controle e supervisão, sob pena de responsabilidades administrativas, civil ou criminal.

11.7. O cumprimento das obrigações constantes no contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, decorrentes da execução do objeto, será acompanhada e fiscalizada em todos os seus termos, por representante qualificado, previamente designado através de portaria específica, e que representará(ão) a **CONTRATANTE**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a esta atribuição, tomando-se como base os arts. 117 da *Lei Federal nº 14.133/2021*).

11.8. O representante da **CONTRATANTE** anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**. (art. 117, § 1º, da *Lei Federal nº 14.133/2021*).

11.9. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do **FISCAL DE CONTRATO**, deverão ser solicitadas e encaminhadas a autoridade superior competente, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes. (art. 117, § 2º, da *Lei Federal nº 14.133*).

11.10. A atribuição de fiscalização caberá do controle quantitativo e qualitativo, como, também, o acompanhamento dos trabalhos resultantes para efetivação da fiel e perfeita execução do objeto.

11.11. Além da fiscalização ou o acompanhamento, o **FISCAL DE CONTRATO** poderá, ainda, sustar qualquer condição que esteja em desacordo, devendo notificar à **CONTRATADA**, sempre que essa medida se tornar necessária.

11.12. A fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, em nada restringe a responsabilidade integral, única e exclusiva da **CONTRATADA**, no cumprimento das obrigações decorrentes da execução do objeto, inclusive perante a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **FISCAL DE CONTRATO**, em decorrência de tal investidura. (art. 120, da *Lei Federal nº 14.133/2021*).

a. São obrigações supremas da fiscalização, o seguinte:

- i. Fornecer à **CONTRATADA**, as informações e a documentação técnica necessária e suficiente à execução do contrato, quando for o caso;
- ii. Notificar à **CONTRATADA**, por escrito e em tempo hábil, quaisquer instruções e/ou procedimentos a adotar sobre a execução do contrato;
- iii. Determinar à **CONTRATADA**, a emissão de relatórios e/ou elementos estatísticos, que se façam



necessários ao planejamento físico-financeiro da **CONTRATANTE**;

iv. Exigir da **CONTRATADA**, sempre que necessário, a providência de documentação comprobatória, com detalhamento das justificativas, demonstrativos, índices, memórias de cálculo ou planilhas, que justifiquem os eventuais termos aditivos e/ou supressões.

11.13. À **CONTRATANTE**, se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o presente contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente. (art. 140, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.14. Quaisquer exigências do **FISCAL DE CONTRATO**, encarregado da fiscalização ou o acompanhamento, sem que disso decorra qualquer “ônus-extra”, devem ser atendidas, respondendo à **CONTRATADA**, por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade, observada na execução do contrato e/ou em decorrência deste.

*deverá ser imediatamente comunicada por escrito à **CONTRATADA***, indicando-se o seu respectivo substituto.

11.15. A **CONTRATANTE**, sobretudo, a qualquer tempo, caso necessário, constituirá COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO, composta de no mínimo 03 (três) membros que, além do **FISCAL DE CONTRATO**, representarão a **CONTRATANTE**, nas questões que envolvam a execução do objeto contratado.

11.16. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA**, sobretudo, quanto ao cumprimento daquelas instituídas por Lei – sociais, trabalhistas e previdenciárias, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste ajuste e na legislação em vigor, podendo também culminar em rescisão contratual. (arts. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.17. Competirá à fiscalização o acompanhamento, controle e gerenciamento do contrato no que tange a todos os aspectos técnicos, devendo a **CONTRATADA** reportar-se ao mesmo para dirimir eventuais dúvidas de caráter técnico referente às demandas de trabalho, através de seu representante ou do responsável técnico da especialidade, quando solicitado.

11.18. A aceitação dos serviços técnicos apresentados pela **CONTRATADA**, será de atribuição exclusiva da fiscalização que se manifestará, quando necessário, através de **Relatórios Técnicos**, determinando as impugnações parciais ou totais da respectiva **Ordem de Serviços (OS)**. Apenas após sua total aceitação por parte da fiscalização, as **OS** poderão ser consideradas concluídas, e medidas para fins de faturamento dos serviços contratados.

11.19. Todas as tratativas, envolvendo objetos deste contrato, deverão ser devidamente científicas à fiscalização, por parte da **CONTRATADA**, que se obriga também a prestar todos os esclarecimentos solicitados pela mesma, dando também amplo conhecimento do andamento dos trabalhos, especialmente quando na esfera de aprovação junto a órgãos financiadores, convenientes e/ou concessionárias.

11.20. A **CONTRATANTE** poderá atuar como requisitante das informações que se fizeram necessárias junto a outros órgãos da Administração Pública Federal ou Estadual, para execução dos trabalhos demandados. Tal atribuição poderá, à critério da **CONTRATANTE**, ser delegada a própria **CONTRATADA**, sempre que necessário, através do fornecimento de “Carta de Credenciamento”, dando respaldo e autorizando a terceirizada a solicitar e responder sobre as informações que eventualmente se façam necessárias, sem qualquer prejuízo do avençado.

10.21. A **CONTRATADA** no ato da assinatura da **Ordem de Serviço (OS)**, deverá informar os responsáveis legalmente habilitados pelos serviços técnicos contratados.

12. CLÁUSULA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO DO OBJETO

12.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Art. 22 da Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de



2024).

12.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024)

12.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo. (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 21)

12.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

12.5.1 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.5.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 01 dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.7.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

12.7.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.7.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.7.4 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto,



para efeito de liquidação e pagamento.

12.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade éticoprofissional pela perfeita execução do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS MARCAS, PATENTES E LICENÇAS

13.1. A CONTRATADA é a única responsável por eventuais infrações ao direito de uso de marcas, patentes ou licenças, responsabilizando-se pelo pagamento de **royalties** que forem devidos a terceiros, obrigando-se, igualmente, a obter para a CONTRATANTE o direito de continuar no uso dos produtos objeto de direito de terceiros, arcando com todas as despesas decorrentes das providências que forem tomadas para tanto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1 O presente instrumento será publicado, por extrato, no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO ou outro meio válido para dar publicidade, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

14.2. Incumbirá a SEINFRA divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Municipal 15.273/2024 art. 6º; o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5 fraudar a licitação

15.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;



- 15.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 15.2.1 advertência;
- 15.2.2 multa;
- 15.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 15.3.2 as peculiaridades do caso concreto
- 15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação. Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de João Pessoa Secretaria de Infraestrutura.
- 15.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à



autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX Lei nº 14.133/2021)

16.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III) Indenizações e multas.

16.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO FORO

17.1 Fica eleito o foro da Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com expressa renúncia de qualquer um outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato.

17.2 E por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, o qual vai assinado pelas partes contratantes abaixo arroladas.

17.3. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições



contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 À Contratante se reserva o direito de paralisar ou suspender em qualquer tempo, o fornecimento prestado pela Contratada, mediante o pagamento único e exclusivo das quantidades já solicitadas.

18.2 Aos casos omissos neste Contrato, serão aplicadas as disposições da Lei 14.333/01 e suas alterações.

João Pessoa/PB, xxx de xxxxxx de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF nº

Nome:

CPF nº



ESTADO DA PARAÍBA
PEFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO IV

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 11.001/2026

_____(Nome da Licitante)_____, CNPJ nº _____,
sediada _____ por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____
_____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do
CPF nº _____, Concorrência Eletrônica nº ____/____, apresenta a seguinte
proposta de preços:

LOTE	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	R\$ UNIT	R\$ TOTAL

Além das informações acima, a proposta deverá conter:

I) O prazo de validade da proposta de preços é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

II) Declaração da licitante informando que está de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital, bem como que aceita todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Contrato.

III) Declaração da licitante informando que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude da expectativa inflacionária.

IV) Declaração da licitante, informando que no caso de adjudicação do objeto do presente pregão, compromete-se a entregá-lo/realizá-lo no prazo determinado no instrumento convocatório.

Fornecimento dos seguintes dados, para fins de posterior pagamento:

Razão Social;

CNPJ/MF;

Endereço;

Cidade/ UF;

CEP;

Tel./Fax;

E-mail;

Banco;

Agência;

Conta.

João Pessoa/PB, ____/____

(NOME DA

LICITANTE)

(nome e nº do documento do representante



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

ANEXO V

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.001/2026

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, CNPJ nº _____,
sediada no (a) _____ (endereço completo), declara para
os devidos fins de direito, que manterá na Obra o _____ (Nome do
Profissional Habilitado e o número da Carteira do CREA e ou CAU) corresponsável na Gerência dos
Serviços, objeto do Edital de Concorrência Pública nº 11.013/2025.

nome e número da identidade do declarante

nome do Engenheiro Civil com o número da carteira do CREA e ou CAU



ANEXO VI

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 11.001/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM AGENTE PÚBLICO

Para fins de participação na licitação (indicar o nº registrado no Edital), a(o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE) _____, CNPJ nº _____, sediada(o) à _____ (ENDEREÇO COMPLETO), representado por (NOME COMPLETO DOS SÓCIOS) _____, CPF nº _____ declara(amos), sob as penas da lei, que até a presente data que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nem deles é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com os agentes políticos (vereadores) vinculados ao Poder Legislativo do Estado da Paraíba com os ocupantes de cargos de direção, chefia e membros da comissão de licitação da Câmara Municipal de João Pessoa, nos moldes do (Acórdão nº 1.160/08, Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo, DOU de 24.06.2008), com vista dos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade e disposições no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Local e data

Nome e identificação do declarante



ANEXO VII
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11.001/2026
DECLARAÇÃO DE QUANTITATIVOS DE SERVIÇOS

Serviço requerido no edital	<i>Inserir serviço</i>		Quantidade requerida no edital	<i>Inserir quantidade</i>
Certidão de Acervo Técnico (CAT)	Descrição do serviço	Quantidade executada	Unidade	Número da página
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
XXX/ANO				
Quantidade executada total =			-	

Local, data, 2025.

Nome da empresa e CNPJ
Assinatura do Responsável pela empresa.



ANEXO VIII

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 11.001/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA COTA DE APRENDIZES

Para fins de participação na licitação (indicar o nº registrado no Edital), a(o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE) _____, CNPJ nº _____, sediada(o) à (ENDEREÇO COMPLETO), representado por (NOME COMPLETO DOS SÓCIOS), CPF nº _____ declara(amos), sob as penas da lei, que serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que esteja em situação de vulnerabilidade ou de riscos sociais, nos termos do artigo 53, caput, incisos I a III, §§1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018.

Local e data

Nome e identificação do declarante



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO IX

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 11.001/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

Pelo presente, a pessoa jurídica _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, órgão expedidor _____, e do CPF nº _____, DECLARA que:

- 1 – Possui endereço eletrônico (e-mail), sendo este: _____;
- 2 – Tem pleno conhecimento que se houver mudança para novo endereço eletrônico, deverá informá-lo de imediato por meio de nova declaração;
- 3- Tem pleno conhecimento que a não atualização do endereço eletrônico diante da hipótese prevista no item 2 desta declaração, não implicará nenhum vício processual;
- 4 – Tem ciência que eventuais comunicações e notificações em procedimentos administrativos serão encaminhadas para o endereço eletrônico acima informado, considerando-se automaticamente realizada ao término do prazo de 10 (dez) dias, quando começará a fluir eventual prazo.

Local e data

Nome e identificação do declarante